

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Abril de 2016

Osman Lins,
a literatura antes e acima de tudo

Tomás Gonzaga em Moçambique

Rui Mourão
O mágico e o real em Ouro Preto

E MAIS:

Filosofia, poesia, contos, crônicas

15

SUMÁRIO

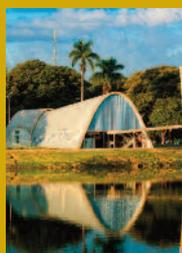
CAPA



Igrejinha da Pampulha

"Elegante monumento suavemente pousado às margens do lago, muitos dizem parecer inspirado nas montanhas de Minas, é considerado obra-prima da arquitetura modernista brasileira por seu caráter inovador."

Parte integrante do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, prestes a ser reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, a Igreja de São Francisco de Assis é uma das mais importantes criações de Oscar Niemeyer. Sua construção foi iniciada em 1942, mas em 1947 ela estava quase abandonada, permanecia fechada ao culto e sua demolição chegou a ser anunciada. Foi, então, preventivamente tombada pelo Iphan, por iniciativa de Lúcio Costa, dado "seu valor excepcional". Para sua inauguração, o então arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, recusara-se a sagrá-la, em virtude de "a construção não ter obedecido a normas do Direito Canônico e da Arquidiocese". Por intervenção de Juscelino Kubistchek, responsável por sua construção quando prefeito de BH e já então presidente da República, a igreja foi doada pela prefeitura à Arquidiocese e somente em 1959 ela foi entregue ao culto pelo novo arcebispo metropolitano, Dom João Resende Costa. A ornamentação principal da igreja coube a Cândido Portinari (painel central e os quadros da Via Sacra), mas teve a participação também de Alfredo Ceschiatti (painéis internos do Batistério), Paulo Werneck (painéis das paredes externas, em pastilhas) e Roberto Burle Marx (jardins).



Fonte: 'Igreja de São Francisco de Assis - Guia do visitante,' de Luiz Gonzaga Teixeira, Editora PUC Minas, 2008. **Foto:** Sérgio Falci

MÚSICA

**Filosofia de botequim:
batucando e pensando a vida**

Francisco A. Romanelli

04



HISTÓRIA

**O degredo de Tomás Gonzaga
e a ilha de Moçambique**

Doorgal Borges de Andrada

8



CRÔNICA

Elogio do amanhã

José Fernandes Filho

12



Umberto Eco e o amor pela literatura

Luiz Carlos Biasutti

14



FILOSOFIA

Justiça e injustiça: conhecer e lembrar

Mônica Sette Lopes

16



CONTO

Suspenda-se a execução!!!

Geraldo Hamilton de Menezes

20



CONVIDADO ESPECIAL

Rui Mourão

O mágico e o real em Ouro Preto

Manoel Marcos Guimarães

22



Mergulho na região do espanto

Rui Mourão

25



POESIA

A mulher inspira, o poeta escreve

João Quintino Silva

33



Hoje é dia de quadrilha

Christiane de Almeida Alvim

34



Quixote

Fernando José Armando Ribeiro

36



FIB

Amaury Silva

37



LITERATURA

Saint-Exupéry e “O pequeno príncipe”

Rogério Medeiros Garcia de Lima

38



O escritor que achava a Literatura mais importante do que a vida

Gutemberg da Mota e Silva

44



Errata Revista nº 14

- 1) A data correta da morte de Stefan Zweig é 23/12/1942 e não como publicado.
- 2) O conto "A Themis Negra, Deusa da Justiça e da Vingança...", de autoria do desembargador Afrânio Vilela, foi inspirado em "O Mundo das Feras: Os Moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais - Século XVIII" e citações - Márcia Amantino, ed. Annablume, 2008.

EDITORIAL

Permanente e robusta

Da mesma forma que são indispensáveis à consolidação e perpetuação dos regimes democráticos, as qualidades de 'permanência' e 'robustez' são variáveis essenciais à consolidação de projetos culturais. Da mesma forma, também, que a atuação do Poder Judiciário na atual quadra da vida nacional atesta a solidez de nossa democracia, a presente edição da *MagisCultura* é um atestado incontestável de que ela é uma revista plenamente consolidada, pela sua permanência ímpar de quinze números e pela robustez intelectual de seu conteúdo.

Tendo atuado como presidente do Conselho Editorial desde seu lançamento, em 2009, sinto-me particularmente orgulhoso de poder apresentar esta edição, na condição de presidente da nossa Amagis. Orgulhoso por ter ajudado na sua consolidação e mais ainda por ver que nossos colegas magistrados estão ampliando seu abraço à revista e perdendo o pejo de enviar sua colaboração.

Assim é que, ao lado de repetir alguns contumazes e bem-vindos colaboradores, esta edição apresenta diversos novos autores, ampliando a variedade do pensamento que medra na Magistratura mineira. Além dessa variedade autoral, fica confirmada também a diversidade temática, numa clara demonstração da riqueza e amplitude da formação cultural de nossos juízes e desembargadores.

Consolidadas, pois, a Democracia brasileira e a *MagisCultura* mineira, resta-nos desejar a todos uma boa leitura e renovar nosso esforço e trabalho para que ambas assim se mantenham por tempos que não se possam medir.

Maurício Soares
Presidente

MagisCultura

Mineira

Amagis - Diretoria Triênio 2016-2018

Presidente: Desembargador Maurício Torres Soares
Vice-presidente Administrativa: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro: Desembargador Alberto Diniz Junior
Vice-presidente de Saúde: Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto
Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Ricardo Torres Oliveira
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juiz José Martinho Nunes Coelho
Diretor-secretário: Juiz Christyano Lucas Generoso
Subdiretora-secretária: Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

• **Conselho Editorial:** Desembargador Maurício Torres Soares (presidente), Desembargador Célio César Paduani, Juiz Daniel César Botto Collaço, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juiz Renato César Jardim, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Jornalista e Escritor Carlos Herculano
Diretor da Revista: Juiz Renato César Jardim
Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)
Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (www.communicatio.com.br)
Ilustrações: Sandra Bianchi

Impressão: Rona Editora
Tiragem: 4.500 exemplares

• **Envio de textos para publicação:** leia normas na terceira capa



Filosofia de botequim: batucando e pensando a vida

Francisco A. Romanelli

Juiz do trabalho (TRT – 3ª Região), aposentado

Gênero musical típico do Brasil, o samba, centenário em 2016, ultrapassa as fronteiras do mero entretenimento. Há, por trás do gênero, um discurso de resistência à opressão, à miséria e à discriminação social e econômica, a que eram submetidos os pais fundadores. O mundo primordial do samba era feito de dores e clamores. O gênero hoje praticado foi gestado nos anos finais do Império, pós-abolição da escravatura, e início da República, entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. Instaurada, a República foi governada por elites latifundiárias, tendentes a proteger interesses dos grandes proprietários. No apagar das luzes imperiais, aboliu-se a escravatura, a contragosto da maioria dos senhores rurais, que se sentiam usurpados, sem indenização, de valoroso patrimônio semovente, representado pelos escravos.

Os governantes republicanos, com o apoio dos senhores rurais, adotaram política de franca perseguição aos negros e descendentes. A ampla abertura à imigração, principalmente de europeus, substituindo mão-de-obra negra e tentando acentuar o branqueamento do país, foi uma das primeiras investidas. Isso causou desemprego maciço entre os negros e seu consequente amesquinamento social e econômico, com degradação do espaço laboral – somente lhes sobravam atividades manuais brutas de baixa remuneração.

A segunda foi a implantação, com duvidoso apoio científico, de perversa ideologia da inferioridade negra. Pesquisas manipuladas se prestavam a “comprovar” a inferioridade da “raça”, o que aviltou, ainda mais agressivamente, a condição do negro, principalmente em atividades intelectuais. Justificada nessas “pesquisas”, a população branca, no geral, ratificava o tratamento desigual e cruel.

Por fim, adotou-se política de perseguição contra tradições negras (culto religioso, candomblés, reuniões festivas, rodas de samba, batucadas e capoeira). Inspirava-se na defesa da religião cristã, na imputada agressividade dos “selvagens” africanos e em caluniosa propensão à vadiagem, o que implicou na edição de leis proibitivas com o apenamento de desempregados. Essas três frentes de ataque à cultura negra se mesclaram em contundente opressão, tentando descaracterizar costumes, tradições e a cultura dos negros.

Núcleos de resistência negra

Os oprimidos, concentrados em espaços específicos na capital federal, o Rio de Janeiro, resistiram à opressão ideológica em defesa de sua cultura. Nesses espaços, nasceram dois grandes núcleos: um, próximo do centro, em torno da famosa Praça XI de Junho, nas regiões dos bairros Cidade Nova, Saúde,

Gamboa, Lapa e do cais do porto e mangue; outro, nas encostas dos morros. A partir deles, os negros e descendentes armaram sua resistência e, das armas, a música era a mais poderosa.

O samba, gênero, acabou sendo formatado definitivamente no Rio de Janeiro, a partir do final da década de 1910 e durante a década de 1920, com raízes na distante África, principalmente nos ritmos dos povos bantu, trazidos para o caldeirão cultural do Rio por ex-escravos da Bahia, de Pernambuco e da região cafeeira do Vale do Paraíba, praticados nos terreiros de candomblé e nas rodas de samba e de batuque. O samba se prestou, portanto, a dar sobrevida à tradição negra, como um dos fatores que impediu seu aniquilamento.

Na pobreza dos bairros negros e dos morros, o samba criou discurso próprio em que veiculava denúncias contra a situação degradante, perversa e injusta dos habitantes locais, denúncias essas que foram repassadas para além das fronteiras do preconceito e da opressão por um diálogo plausível com o mundo branco. Com um discurso polissêmico, questionador, cronista, dúbio, irônico e poético, a canção atraiu o interesse da população e dos empresários, encontrando caminho na indústria cultural. Esse contato foi ampliado pelas alterações rítmicas dadas ao samba pelo chamado Pessoal do Estácio, que definiram o ritmo musical e, também, os desfiles carnavalescos, dando vez ao surgimento do malandro do samba, com sua ginga característica.

Na canção, o grande expoente dessa nova fala foi o branco, classe média, Noel Rosa, que, imiscuindo-se na e integrando-se com a cultura negra, interagiu com o interesse capitalista branco e adotou a nova poética do que se chamou samba reflexivo, o samba filosófico, aquele que trouxe o ritmo dos terreiros e rodas abertas dos núcleos negros para os botequins habitados também pela classe média. Por isso que, ao pensamento por meio do samba, inaugurado por Noel Rosa, se dá o nome de “filosofia de botequim”. É uma maneira típica de pensar e denunciar, na canção, a vida desvalida da pobreza, questionando as mazelas cotidianas. Baseia-se na ginga, característica da síncopa do ritmo negro, que possibilita agilidade de pensamento, o uso de dubiedade e a polissemia característica. Por isso, se diz que essa é uma maneira sincopada de pensar.

Sobre esse poderoso discurso de resistência, por sua característica sincopada própria de pensar e denunciar o cotidiano, é que trata o livro *“Roda de samba, roda da vida: filosofia de botequim em Noel, Paulinho e Chico”*, de autoria do subscritor. Depois de contextualizar o surgimento do samba e do pensamento sincopado, pelo nome de *“filosofia de botequim”*, magistralmente formatado por Noel Rosa, e de mostrar o processo evolutivo das composições reflexivas, o livro se propõe a analisar letras de algumas canções, anotando o desenvolvimento da verve reflexiva em seu criador, Noel Rosa, e em seus seguidores atuais, Paulinho da Viola e Chico Buarque.

“A poética das letras de música é, em Noel, única e original, dotada de sofisticação discursiva inédita, inaugurando o chamado ‘paradigma poético’ da canção popular brasileira.”

Noel, Chico e Paulinho

Noel Rosa, iniciando-se na composição com pouco mais de dezenove anos de idade, revolucionou a música popular, e, mesmo tendo vivido apenas 26 anos e meio, compôs o absurdo volume de quase trezentas canções. A poética das letras de música é, em Noel, única e original, dotada de sofisticação discursiva inédita, inaugurando o chamado “paradigma poético” da canção popular brasileira.

Das composições noelinas citadas, destaca-se “Filosofia” (parceria com André Filho, 1933), por desmascarar e desnudar o mundo dos relacionamentos e das escolhas, com um discurso dissonante e cáustico: “*O mundo me condena, e ninguém tem pena / falando sempre mal do meu nome / deixando de saber se eu vou morrer de sede / ou se vou morrer de fome*”. Falando pela voz da personagem malandra, folgada, o eu-lírico critica o mundo que o acusa de desocupado e execra seu nome, sem levar em conta o lado humano e as dificuldades financeiras. Afinal, o “malandro” da canção é o cidadão que sofre na “*prontidão sem fim*” e a sociedade o condena à discriminação, à pobreza e à fome.

Prosegue o eu-lírico: “*mas a filosofia hoje me auxilia / a viver indiferente assim / nesta prontidão sem fim / vou fingindo que sou rico / pra ninguém zombar de mim*”. A canção polariza o mundo da pobreza, dos que passam dificuldades, ao mundo dos que têm dinheiro, mas, para o ter, cultivam a hipocrisia: “*quanto a você da aristocracia / que tem dinheiro, mas não compra alegria / há de viver eternamente / sendo escrava dessa gente / que cultiva a hipocrisia*”. O mundo que une as personagens no fingimento é o da mentira e do engano: “*mentir, mentir / em vez de demonstrar / a nossa dor*” (“*Mentir*”, Noel Rosa, 1933).

Paulinho da Viola é um grande pensador do samba, questionador das intempéries do cotidiano. A descoberta gradativa do processo reflexivo da personagem que busca entender a vida, mesmo não conseguindo, perante o mistério da existência, é vista em “*Coisas do mundo, minha nega*” (composição individual, 1968): “*as coisas estão no mundo / só que eu preciso aprender*”. A verve reflexiva de Paulinho vem de indagações existenciais face à não compreensão existencial, como se vê em “*Samba do amor*” (Paulinho da Viola, Éltton Medeiros, Hermínio Bello de Carvalho, 1968): “*Quanto me andei / talvez pra encontrar / pedaços de mim pelo mundo / que dura ilusão / só me desencontrei / sem me achar*”. O malogro causa a ânsia de voltar, mas todo retorno é só novo começo: “*ai eu voltei / voltar quase sempre é partir / para um outro lugar*”.

O samba reflexivo, assim como o pensamento, encontra limites na inexplicabilidade do mundo, observada na canção “Num samba curto” (composição individual, 1971): “*Quem quiser que pense um pouco / eu não posso explicar meus encontros / ninguém pode explicar a vida / num samba curto*”; e, em “Solução de vida” (Paulinho da Viola, Ferreira Gullar, 1996): “[a vida] não é uma equação / não tem que ser resolvida / A vida, portanto, meu caro / não tem solução”.

Quanto a Chico Buarque, faz realce a canção “Roda viva” (autoria individual, 1967), símbolo do caminho do ser na viagem pela existência. Evoca o desconforto e o estranhamento que se tem face à implacabilidade estarrecedora da vida: “*Tem dias que a gente se sente / como quem partiu ou morreu / a gente estancou de repente / ou foi o mundo então que cresceu / a gente quer ter voz ativa / no nosso destino mandar / mas eis que chega a roda-viva / e carrega o destino pra lá / A gente vai contra a corrente / até não poder resistir / na volta do barco é que sente / o quanto deixou de cumprir*”.

Em seu evoluir, a roda viva submete a existência – a vida, o tempo, o amor, a morte, o cotidiano, os sonhos, as expectativas, as ilusões, os desencantos e a razão – à sua inexorável inclemência. Essa angústia de existir está presente em toda a obra do artista, desde “Pedro Pedreiro”, até “Construção” e “Morro Dois Irmãos”, exemplos da riqueza do pensamento sincopado e da filosofia de botequim.

O livro **Roda de samba, roda da vida: filosofia de botequim em Noel, Paulinho e Chico**, de Francisco Antonio Romanelli, editado em Varginha pelo autor, foi o vencedor do Prêmio Vianna Moog (ensaio) do Concurso Internacional de Literatura 2015 da União Brasileira de Escritores (UBE-RJ).

“O samba reflexivo,
assim como o
pensamento,
encontra limites na
inexplicabilidade
do mundo.”



O degredo de Tomás Gonzaga e a ilha de Moçambique

Doorgal Borges de Andrada
Desembargador do TJMG

No dia 31 de julho de 1792, após setenta dias de viagem num navio a vela, o inconfidente Tomás Antônio Gonzaga aportou na Vila de São Sebastião, na ilha de Moçambique, então capital da colônia portuguesa de mesmo nome, começando assim a cumprir pena de degredo. Vários outros inconfidentes foram condenados a viver em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e demais localidades da África portuguesa.

Com ele, chegaram também em Moçambique os inconfidentes José Aires Gomes (amigo de Tiradentes e proprietário da fazenda Borda do Campo / Barbacena - MG) e Salvador do Amaral Gurgel (médico cirurgião), todos condenados por participação na Inconfidência Mineira de 1789, que levou à pena de morte o mártir Tiradentes, em 1792.

Esta pequenina ilha, com extensão de 1 km por 3 km, ao norte da colônia, era política e socialmente dividida em duas áreas. Na parte sul, chamada Mossuril (cidade Macuti) residiam os nativos africanos – a maioria das tribos Sulli e Macua –, pobres e miseráveis, todos em suas palhoças. Ao lado norte (cidade de Pedra) ficavam a sede do governo colonial, igrejas, poucos prédios da burocracia oficial, todos os portugueses e a elite local.

Quando chegaram, os três ‘brasileiros’ foram recebidos no Palácio pelo governador da colônia, Antônio Manuel de Melo e Castro, que permitiu que nas primeiras semanas eles ficassem alojados no prédio da Casa de Câmara e Cadeia. E, talvez pelo elevado grau de cultura e escolaridade, em contraste com o pequeno número de portugueses naquela Vila, tiveram a oportunidade de serem recebidos de forma decente e autorização para andar com liberdade nos limites da parte norte da ilha.

De Marília a Juliana

Magistrado, poeta, escritor, jurista e líder político, ante toda sua alta formação e habilidade humana, Tomás Gonzaga aos poucos foi se revelando e ganhando a simpatia dos portugueses. Logo se tornou o mais importante advogado da região, sendo contratado e procurado por influentes e ricos homens da época.

Afastado para sempre da sua amada noiva Maria Doroteia (Marília de Dirceu), veio a se casar com Juliana de Sousa Mascarenhas, de 18 anos de idade, com quem teve a filha Ana e o filho Alexandre. Analfabeta, fato comum naquele tempo, ela era filha de um rico comerciante local.

Em 1810, Gonzaga morreu naquela Capital-Ilha, após carreira de grande êxito, tendo ocupado inclusive elevados cargos públicos como o de Procurador da Coroa e Fazenda e o de Juiz interino de Alfândega.

“Magistrado, poeta, escritor, jurista e líder político, ante toda sua alta formação e habilidade humana, Tomás Gonzaga aos poucos foi se revelando e ganhando a simpatia dos portugueses. Logo se tornou o mais importante advogado da região.”

“Cabe informar que o primeiro europeu a pisar na ilha de Moçambique foi o descobridor Vasco da Gama, em 1498, quando procurava o caminho para as Índias.”

Salvador Gurgel e Aires Gomes, por sua vez, conseguiram sobreviver naquela ilha por pouco tempo, até a chegada do novo governador, Dom Diogo de Sousa Coutinho, em março de 1793, que, por ser um homem adoentado e pouco afável, não os acolheu de bom grado. Em seguida a sua chegada, portanto, estes dois inconfindentes foram enviados para a cidade de Inhambane, bem ao sul da colônia portuguesa, aonde, além dos nativos viviam apenas 50 casais portugueses.

Homem caridoso, Gurgel passou a exercer a medicina, ainda que precariamente, entre a população, junto à tropa portuguesa e aos enfermos, por 11 anos. Casou-se nesta cidade em que chegou a ser eleito vereador e presidente da Câmara. Em fins de 1804 recebeu autorização para voltar à Ilha de Moçambique, vindo se reencontrar com Tomás Gonzaga. Seu companheiro Aires Gomes, enfraquecido e adoentado, falecera antes, na mesma cidade de Inhambane, dois anos após lá chegarem.

Terra de Camões

Cabe informar que o primeiro europeu a pisar na ilha de Moçambique foi o descobridor Vasco da Gama, em 1498, quando procurava o caminho para as Índias. Chegando à ilha, o navegador português encontrou, além dos nativos africanos, inúmeros comerciantes árabes e indianos que lá viviam e negociavam há décadas. Comerciam inclusive escravos, e com as próprias tribos africanas.

Como o então líder local dos muçulmanos – o Sultão – se chamava *‘Mussa filho de M’biki’*, a união das duas palavras – Mussa B’biki – pronunciado na língua portuguesa evoluiu e terminou por chegar ao nome *“Moçambique”*, cuja Ilha foi a capital daquela colônia portuguesa até o ano de 1898, data em que foi transferida para Maputo (antiga Lourenço Marques) no extremo sul do país.

Ainda no século XVI, nos anos de 1541/42, habitaram a Ilha o imortal Luis de Camões e também o religioso Francisco Xavier, atualmente considerado Santo pela Igreja Católica. Na verdade, a Ilha havia se transformado numa parada de apoio quase que obrigatório para todos navios que saíam da Europa rumo às Índias e ao Oriente, naqueles tempos dos barcos movidos a vento.

Patrimônio da humanidade

Atualmente, esta 'segunda terra' de Tomás Gonzaga é uma Ilha-Cidade decadente, com 13 mil habitantes, pobre, com prédios abandonados, clima muito quente, esquecida, embora considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco em face da rara e bela arquitetura nela existente. Está ligada ao continente por uma ponte estreita de concreto, para automóveis, com cerca de 3,5 km de comprimento.

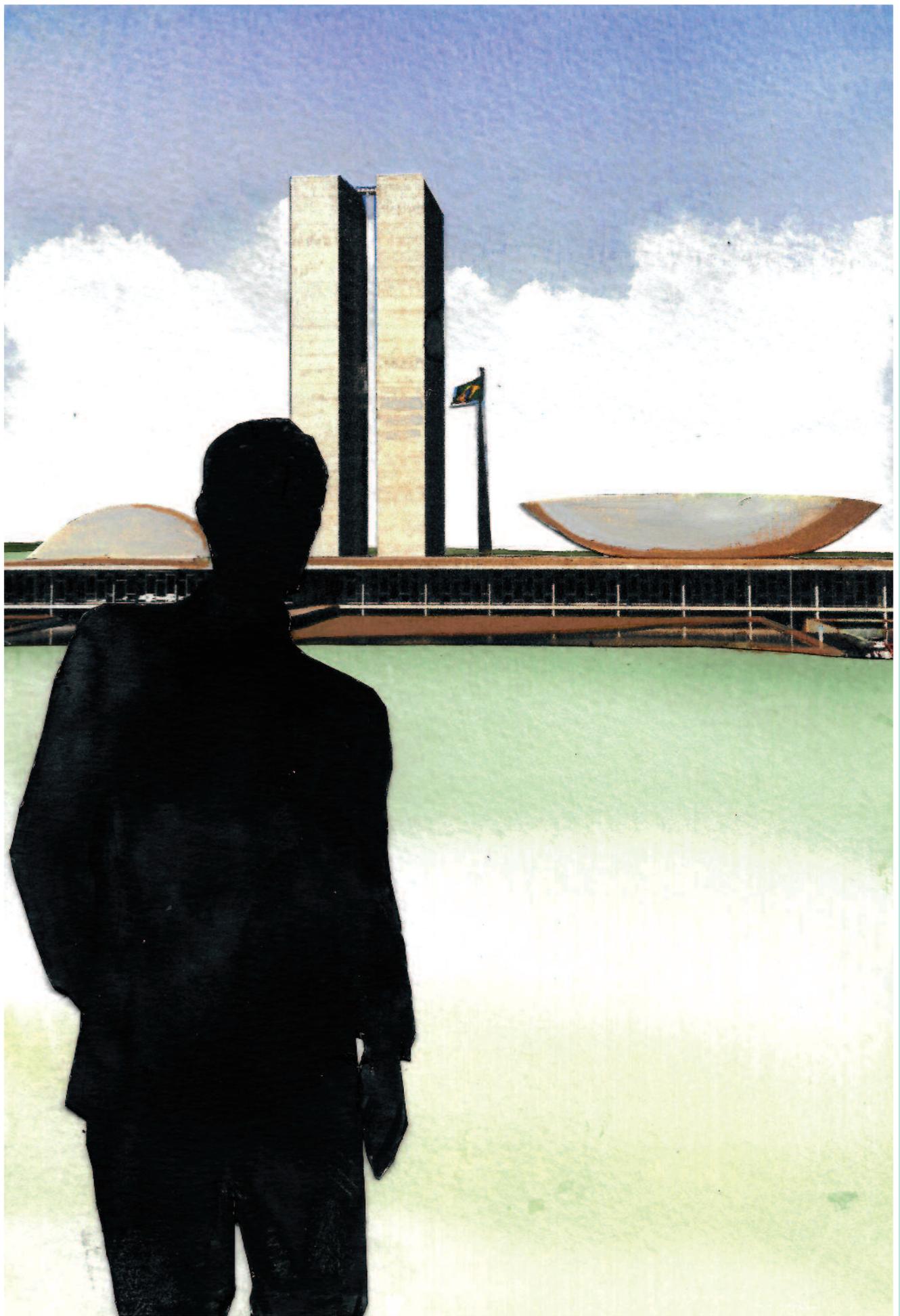
Nela ainda se pode apreciar o prédio do Palácio dos Capitães -Governadores, o grande prédio da Santa Casa de Misericórdia, semi-abandonado, a Casa de Câmara e Cadeia, o prédio do Fórum, a casa onde supostamente viveu Luis de Camões, a Igreja de São Francisco Xavier no local onde o santo meditava e rezava, o Forte São Lourenço, várias Igrejas, o Jardim da Memória (antigo local de embarque de escravos), a Mesquita, o templo hindu, o cemitério dividido em áreas para cristãos, judeus, hindus e mulçumanos. Estas construções são, na maioria, do século XVI, e seus habitantes se comunicam no dialeto Macua, mas a maioria sabe a língua portuguesa.

Cabe registrar que, ao longo dos tempos, os franceses, holandeses e árabes tentaram invadir e expulsar os portugueses daquela pequena ilha, localizada em posição estratégica no oceano Índico.

Ressalto que, ainda que rapidamente, pude pessoalmente conhecer, observar e caminhar pelas ruas das duas cidades: a Ilha de Moçambique e Inhambane (que na língua nativa significa 'Terra da Boa Gente'), quando atuava como voluntário em missão junto ao Judiciário naquele continente, em fins de 2014, trabalho este que acabou interrompido ante o resurgimento da epidemia do vírus Ebola.

Fica o testemunho da história: a cruel pena de degredo e o isolamento não conseguiram destruir ou abafar a grandeza intelectual, cultural e moral de Gonzaga, que fez história aqui na América, em Portugal e mesmo na África, onde deixou imortalizado seu nome em Moçambique, ainda hoje fortemente reverenciado, inclusive por seus descendentes.

“Fica o testemunho da história: a cruel pena de degredo e o isolamento não conseguiram destruir ou abafar a grandeza intelectual, cultural e moral de Gonzaga, que fez história aqui na América, em Portugal e mesmo na África, onde deixou imortalizado seu nome em Moçambique, ainda hoje fortemente reverenciado, inclusive por seus descendentes.”



Elogio do amanhã

José Fernandes Filho

Desembargador do TJMG, aposentado

As instituições, já afirmei, são como os homens que as dirigem: grandes ou pequenas, como eles. Catedrais, apontam para o infinito, tomadas da ambição de servir. Túmulos, pés de chumbo, presas ao chão, são incapazes de andar ou de olhar nos olhos.

Nenhuma escapa ao rigor do julgamento coletivo, nem sempre isento, mas quase sempre expressão do sentimento popular, ou pelo menos da “opinião publicada”, divulgada pela mídia.

As instituições públicas brasileiras passam, no momento, por verdadeira catarse.

Atingidas no que têm de mais íntimo, vísceras expostas, são exibidas e execradas com rigor jamais visto.

A imprensa escrita, com menor intensidade; a televisiva, transpirando emoção; os formadores de opinião, engrossando a onda – tudo e todos tomados de frenética disposição crítica, às vezes demolitória.

Desejável, sem dúvida, o poder de fiscalizar, ínsito no ideário republicano.

Mas urge o estabelecimento de limites éticos, que preservem a dignidade das pessoas, sua imagem, seu passado e seu futuro, dramaticamente destruídos pela compulsão da denúncia, se infundada.

Às vezes, é preciso ir ao fundo do poço, conhecer as trevas e os filhos das trevas, para, voltando à superfície, sonhar com novas madrugadas.

Dia virá, espero, em que prevalecerão outros referenciais para a mensuração das instituições e dos homens.

Até lá, admita-se, com razoável dose de bom senso, que os excessos, sempre indesejáveis, podem ter efeito pedagógico, inibindo futuros desvios de condutas.

Estas ligeiras reflexões alcançam também o Judiciário, sem o qual não existe democracia.

Registre-se, desde logo: integrado por seres humanos, contingentes e limitados, não é um sítio de anjos e santos. Entre nós também há erros e equívocos. Ingênua e pueril é a opinião de que os juízes estão num santuário, ou numa redoma que os preserva das humanas fraquezas. De carne e osso, padecemos das limitações que tiranizam os seres humanos.

Reconheça-se, porém, e de pronto, que poucos, pouquíssimos, são os que se curvam ao poder ou se enredam nas malhas do aulicismo. Entre nós existe, ao contrário, exemplar respeito à ética e à lei. Não somos diferentes, senão diferenciados, mercê dos compromissos e da atmosfera de verdade e honradez que nos envolve, legado daqueles que nos antecederam, a acicatar as novas gerações.

O Judiciário do Brasil diferencia-se dos demais Poderes da República. Vivifica-o o ideal de mudar, de se transformar, de se modernizar – valores quase ausentes nas outras áreas.

Estamos caminhando para frente, sem pretensão de fazer catedrais, mas determinados a participar da construção de uma nova sociedade, onde não falte o pão, nem a justiça.

Enquanto os demais Poderes tentam se livrar da pesada carga que lhes arqueia os ombros, fruto de crises sucessivas, que parecem não ter fim, o Judiciário se renova e se prepara para o futuro: cortou na carne, acabando com o nepotismo (pena que seu exemplo não tenha seguidores); fortaleceu os Juizados Especiais, instituição pública de grande credibilidade no País; instituiu, em nível nacional, vigoroso sistema de estatística, indispensável ao planejamento idôneo; o processo judicial eletrônico será realidade dentro de poucos anos, abolido, definitivamente, o processo-papel, que enche arquivos e prateleiras, símbolos do arcaísmo; a seleção e a formação de magistrados passam por revolucionária transformação, com obrigatório curso nas Escolas Judiciais, antes e após o ingresso na carreira. Nos Cursos de Formação, eles serão convidados a se humanizarem, vida toda, em condições, assim, de julgar os homens.

Finalmente – e com ênfase especial – a cultura da conciliação, agora permeando obrigatoriamente nossa formação profissional, é verdadeiro divisor de águas, em que o operador do Direito não alimentará o litígio, mas buscará a paz social.

Acresça-se a este quadro promissor a presença de uma magistratura jovem, pronta para a hora, qualquer que seja ela ou o seu sabor. Disposta ao testemunho, e convencida, sem jactância, de que também comprometida com a refundação moral do País, onde a ética seja a regra, e sua ausência, a exceção.

A tarefa, hercúlea, consumirá trabalho de uma geração. A esperança de que virá reconforta e retempera o autor destas notas – encanecido magistrado, a antecipar o Judiciário de amanhã.

Talvez lhe falte tempo para assistir às mudanças. Onde estiver, delas será anunciador, substituídas as noites pelas madrugadas e os crepúsculos pelas auroras.

“A cultura da conciliação (...) é verdadeiro divisor de águas.”



Umberto Eco e o amor pela literatura

Luiz Carlos Biasutti

Desembargador do TJMG, aposentado

Como escreveram vários escritores por ocasião da morte de Umberto Eco, um dos mais afamados intelectuais de nossa época, “o principal” de sua vida foi ser um verdadeiro amante do mundo das letras. Teve um caminho próprio e no mundo ocidental ficou famoso pelo romance e principalmente pelo filme “O nome da rosa”.

Nascido em 1932, faleceu em 2016. Sua cidade natal fica no Piemonte e se chama Alessandria com dois “S” e não com “X”, como Alexandria do Egito, fundada por Alexandre Magno, no delta do rio Nilo. Umberto Eco dedicou-se, principalmente, a trabalhos de estética (filosofia das belas artes), com grande aceitação dos estudiosos. Nesta fase importante de professor, escreveu os livros didáticos: “Obra Aberta”, “Estrutura Ausente (em 1968)” e a “Ilha do Dia Anterior”.

Foi um apaixonado pela semiótica, estudo que dá valor aos signos culturais na vida dos grupos humanos. Viveu para o mundo das letras. É considerado um tipo intelectual europeu que não cedeu ao antiamericanismo, e defendeu sempre a cultura popular e as histórias em quadrinhos.

Na *Folha de S. Paulo* (domingo, 28 de fevereiro de 2016), no caderno “Ilustríssima”, pág.03 – Nelson Ascher escreveu sobre “O legado intelectual de Umberto Eco”: “A literatura principalmente lhe serve de instrumento e ferramenta para abordar ou entender outras coisas, e pode a toda hora ser usada como ilustração, exemplo, analogia, metáfora, caricatura, pois como se diz, ela tem 1001 utilidades”.

“ A literatura principalmente lhe serve de instrumento e ferramenta para abordar ou entender outras coisas.”

Essa paixão explica também seu apego especial por dois escritores: James Joyce e Jorge Luis Borges.

A bibliografia de Umberto Eco é imensa, pois durante mais de cinquenta anos nunca parou de escrever. Ele se tornou famoso no mundo literário quando escreveu seu primeiro livro de ensaio “A obra aberta”, em 1962, traduzido no Brasil pela editora Perspectiva, em 1966, época em que esteve visitando o Brasil. Em 2002, a editora Record (Rio de Janeiro – São Paulo), publicou a tradução de seu quarto romance “Baudolino”, uma obra de história divertida na Idade Média: O herói é um caipira adotado por Frederico I e relata fatos da tomada de Constantinopla e cenas mirabolantes passadas entre 1152 e 1204. O romance mistura lendas famosas onde a expedição encontra um reino do Oriente, governado por um chefe católico, com lendas do Santo Graal, tribos perdidas de Israel e até a procura do Santo Sudário. O Baudolino é um espírito fantasioso que criou cartas falsas, relíquias falsas. É à força do mito e da utopia.

A vasta obra de Umberto Eco inclui ensaios, como “Tratado Geral de Semiótica”, “Obra Aberta”, “Diário Mínimo”, “Seis Passeios pelo Bosque da Ficção” e outros estudos filosóficos.

Como romancista, publicou vários livros, sendo um dos mais lidos “O nome da rosa” (mais conhecido pelo filme, que teve grande repercussão), “O Pêndulo de Foucault”, “A Ilha do Dia Anterior” e o “Baudolino”. É imensa sua colaboração em revistas e jornais.

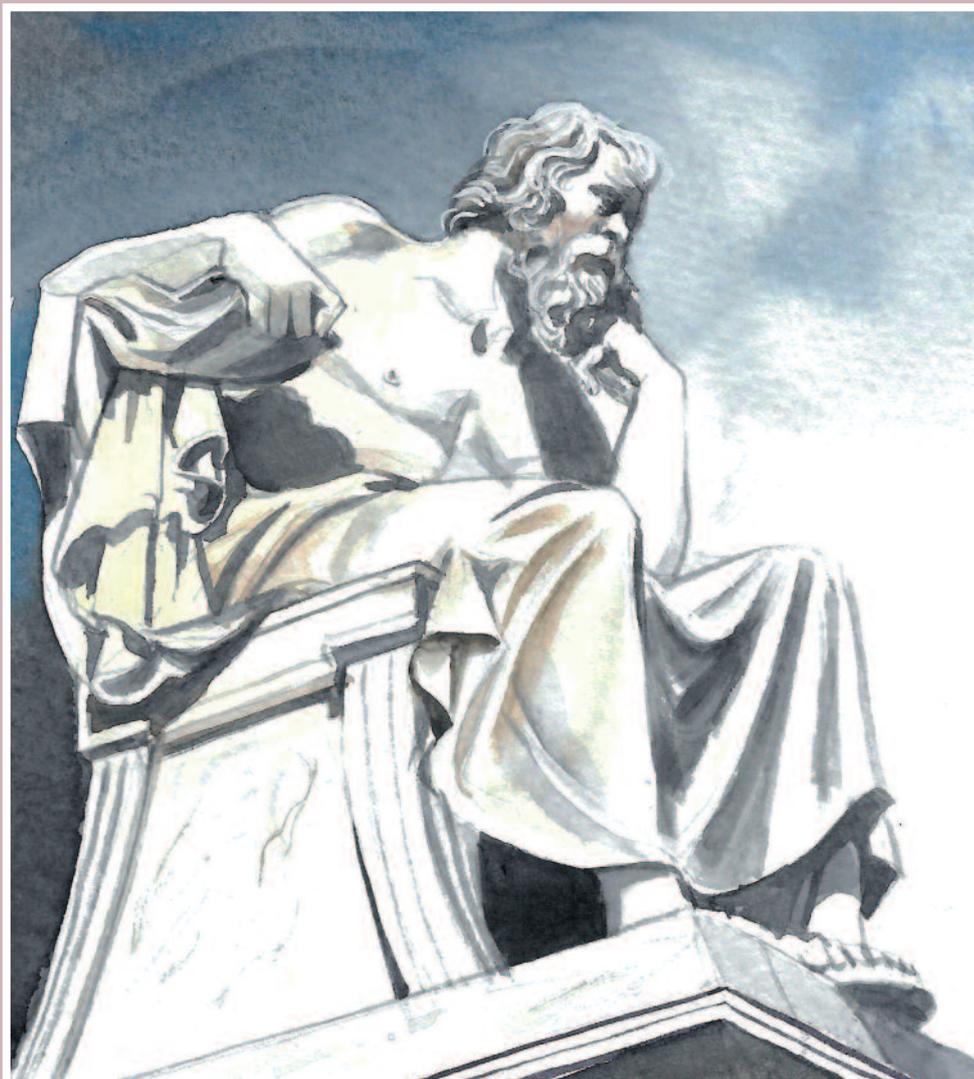
Interessante o conselho de Umberto Eco a um jovem que pretende ser escritor:

“Se queres transformar-te num homem de letras, e um dia escrever histórias, deves também mentir e inventar histórias, pois senão a tua história ficaria monótona. Mas terás de fazê-lo com moderação. O mundo condena os mentirosos que só sabem mentir até mesmo sobre coisas mínimas, e premia os poetas que mentem apenas sobre coisas grandiosas”.

Enfim, estamos com Nelson Ascher em seu citado artigo do jornal *Folha de S. Paulo*:

“É preciso dar tempo ao tempo, que é quem dará um veredicto um pouco mais seguro sobre ele e sua obra. Entretanto, uma coisa é certa: bem sucedido, famoso e longo, Umberto Eco foi um homem feliz, pois teve um grande amor na vida: a Literatura, e esse seu amor foi muito bem correspondido”.

Vale a pena ler a sua obra e saber mais sobre a sua vida.



Justiça e injustiça: conhecer e lembrar

Mônica Sette Lopes

Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Há um modo de se aprender a justiça? Como se ensina a justiça no risco agudo que implica e lembra sempre o transe para o antônimo na injustiça?

Aristóteles enfatizava que a justiça não se ensina. Virtude ética por excelência, ela está incorporada na cultura e no costume e a experiência de cada dia reforça a sua existência que não se esgota na potência, mas na ação.

O dia em que aprendi sobre a justiça tem marca no relógio. Foi maio. Céus azuis. Numa rua movimentada, que é lugar simbólico para apreender o que não se aprende. De viver na voz do relato e do movimento do corpo a experiência que é exemplo. Na rua, trombei com a professora Elza Maria Miranda Afonso numa manhã de sol ameno. Outono. E ela, já aposentada, me contou que estava se dedicando à alfabetização de adultos. No meio da conversa, veio a história da aluna que havia

sido dispensada sem justa causa e não conseguia aceitar o *sem justa causa*. Queria saber a causa. A professora Elza apresentou à mulher que se alfabetizava a história de Sócrates. E filosofia estudada na letra e no esquema ganhou vida e ganhou vida também na narração da rua.

Alunos de direito costumam não entender para que estudar Filosofia do Direito. Mas Sócrates sempre aparece numa das aulas para dar sentido a essa necessidade de escavar o pensamento humano do ocidente e remetê-lo à ação. Não posso culpá-los por não conseguir discernir as razões de saber como o pensamento se expressa, se não percebem como o pensamento amolda o gesto. Professora deles, depois de repetir mil vezes os esquemas da teoria e de gostar demais daquilo, foi num encontro na rua que aprendi sobre a justiça em Sócrates. Só pratica a injustiça quem não conhece. Padecê-la é melhor do que praticá-la. Como a aluna que aprendia a ler, também reaprendi que não é necessário saber o porquê da injustiça, quando se conhecem todas as faces do agir e não se encontra nelas a conduta que justifique o ato. Sem justa causa. Sem que se pudesse imputar o desvio ao injustiçado. A memória dos dias pode ser escavada na leveza da consciência em que os fazeres transparecem sem assombros. Ela conhecia cada ação da relação sinalagmática dos fazeres na empresa e ela dormia em paz com eles. E, por isto, padecer a injustiça, como fruto do desconhecer, era apenas um ponto da vida a ser lembrado e carregado, mas que não comprometia a sua integridade.

Na voz doce da professora, o Sócrates estava ali ao lado e a eternidade de sua morte reforçava a ideia de que, ainda que não se possa ensinar a justiça, pode-se extrair da historicidade dela o vínculo com a vida que espalha a vivência da justiça como substrato das relações humanas.

Chesterton, com sua vocação ao mais fino trato da palavra, expõe sua ideia sobre o ser da justiça na mesma linha da narrativa mágica do cotidiano. A justiça é

“o primeiro sentido humano, que é o crítico de todas as instituições; uma intolerância abstrata, virgem e totalmente virtuosa pela história que termina errado; a recusa do intelecto em aceitar a perspectiva de tudo estar de cabeça para baixo” (AHLQUIST, Dale. *The universe according to G.K. Chesterton: a dictionary of the mad, mundane and metaphysical*, Mineola, NY: Dover, 2011, p. 64).

A história de cabeça para baixo integrará para sempre o mundo da vida e o tempo diferido da injustiça. Ela compõe o cenário da história do que virá, um pano de fundo para o *a seguir*. Não importa seja a moça que não sabe ler. Não importa seja a moça que sabe ler. O ato está gravado e, ainda que a dor

“Virtude ética por excelência, ela está incorporada na cultura e no costume e a experiência de cada dia reforça a sua existência que não se esgota na potência, mas na ação.”

“ O tempo do irreparável não será esse tempo latente, imóvel, em que tudo está lá, as mais velhas cicatrizes sempre prontas a voltar a abrir como no primeiro dia?”

vaze, há o irreparável que se constrói da impossibilidade de voltar o tempo de ser tudo de novo. Porque não há como mesclar o início dos contos: *Eram duas vezes, uma e outra...* As cicatrizes da vez única, daquela vez, vão contar a história. Vão reproduzi-la como a continuação do passado no presente a que se refere Olivier Abel:

“O tempo do irreparável não será esse tempo latente, imóvel, em que tudo está lá, as mais velhas cicatrizes sempre prontas a voltar a abrir como no primeiro dia? Pensamos esquecer, mas estávamos amnésicos, de tal forma profundo fora o traumatismo. Assim, enquanto não se rompeu com o esquecimento, com a lei do silêncio, do recalçamento das queixas e das cóleras, o passado esquecido está sempre presente, repete-se e reproduzir-se-á ainda. O horror não acabou por estar “esquecido”, prosseguirá infinitamente enquanto uma palavra não tiver rompido o esquecimento e aceito consistir memória. Com efeito, é reconhecendo aquilo que se passou que se rompe a continuação do passado no presente” (ABEL, Olivier. *Justiça e mal*. In: GARAPON, Antoine, SALAS, Denis. *A justiça e o mal*. Trad. Maria Fernanda de Oliveira. Lisboa: Piaget, 1999, p. 126).

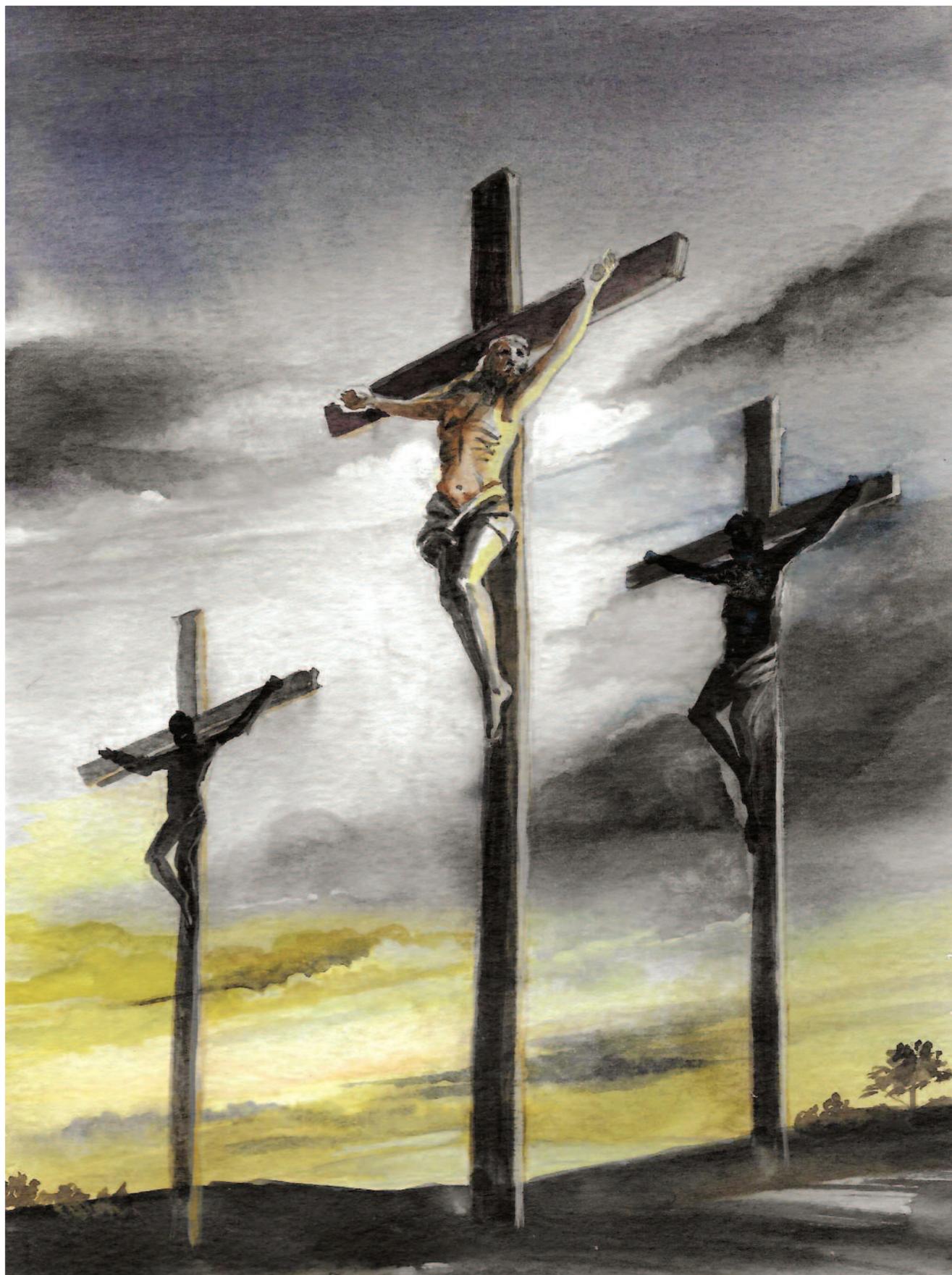
No paradoxo das operações da alma, para a injustiça, lembrar para narrar é superar. O exercício da compreensão de conhecer onde, como, porque dói a dor de padecer da injustiça, nas variadas formas de contá-la pela dialética dos fatos, vai emendando todas as vidas do planeta na cadeia das circunstâncias em que se solidifica a responsabilidade pelo atonosso-de-cada-dia.

Por isto, foi na rua que aprendi sobre a injustiça-justiça no

de repente da história de Sócrates recontada a propósito de outra história miúda como a dele, singela com as contingências de cada vida segmentada da humanidade. Porque ele, como outros que se enraízam na nossa vida, morreu na filosofia para ser lembrado para sempre. Como se, de lá do capítulo 1 dos livros da história do pensamento humano no Ocidente, ele tivesse o papel de mostrar os riscos de não conhecer a ação impensada que faz com que alguém padeça a injustiça. E passe a viver, na intimidade do seu pensamento, a experiência intensa que é acordar para a consciência de que desconhecer a justiça é um dos azares do cotidiano. Porque cada um de nós, no minúsculo dos dias, pode, uma hora, sem pensar, ignorando os fluxos da vida que estão no outro que é como nós, fazer com que alguém sinta ou viva a sombra do mal.

E depois, Era uma vez...

“ Porque cada um de nós, no minúsculo dos dias, pode, uma hora, sem pensar, ignorando os fluxos da vida que estão no outro que é como nós, fazer com que alguém sinta ou viva a sombra do mal. E depois, *Era uma vez...*”



Suspenda-se a execução!!!

Geraldo Hamilton de Menezes
Juiz de Direito, aposentado

Era sexta-feira, 07 de abril (14 de Nisan) do ano 30, véspera da Páscoa, o mais importante feriado dos judeus. Depois de duramente flagelado por militares romanos sob as ordens do governador Pilatos, puseram-me uma coroa de ramos com espinhos, que feriram dolorosamente minha cabeça. Sentenciado à morte na cruz, eu sabia que a execução do veredito seria no Gólgota, onde ficava permanentemente enterrada a madeira vertical (*Stipes*) que representava o tronco da cruz, à espera do patíbulo, peça móvel geralmente conduzida pelo condenado ao suplício da crucificação.

Recebi nos ombros o pesado patíbulo e, sob chibatadas e outras humilhações, fui obrigado a caminhar rumo ao Calvário. Enfraquecido pelas torturas físicas, meu corpo não suportou por todo o percurso o peso do madeiro. Um espectador, que não identifiquei na ocasião, foi obrigado pelos soldados a carregar o patíbulo. Cheguei ao Gólgota acompanhado de meus algozes e de uma grande multidão, composta de curiosos, simpatizantes e seguidores do movimento doutrinário que eu fundara e pelo qual fora condenado. Saduceus e fariseus acompanhavam, com interesse e satisfação, todos os atos do espetáculo. Aos pés do *Stipes crucis* deitaram-me sobre o patíbulo, no qual tive os punhos afixados por resistentes cravos de ferro, a golpes de marreta. Finalmente, meu corpo foi suspenso e o madeiro encaixado no tronco fixo, onde meus pés foram presos por outros cravos. À minha esquerda e à minha direita, suspenderam, para crucificação, dois guerrilheiros zelotas.

O tempo passava e a dor era indescritível. As feridas provocadas pelos cravos se rasgavam; filetes de sangue misturados às lágrimas percorriam meu corpo, colorindo-o de vermelho. A hemorragia

aumentava; os músculos do peito, ombros, braços, pescoço, retesados, estavam a um passo do rompimento. Sem ponto de apoio para meu corpo, faltava-me oxigênio e a respiração ficava cada vez mais difícil. Ofegante, supliquei ao meu Pai que me poupasse de tamanho sofrimento. Nesse momento, por uma providência Divina, recebi do centurião Longino um firme e seco golpe de lança abaixo da última costela, de cujo ferimento passou a escorrer o líquido pleural, o que retardou a asfixia do meu corpo. Minha descompassada respiração ganhou um pouco de oxigênio, melhorando. Recuperei parcialmente a lucidez e percebi o que se passava ao meu redor: um tornado, com rajadas de vento que bramiam, sacudia o Gólgota, obrigando os presentes a abrigarem-se às pressas. Uma nuvem de areia fina e penetrante, conduzida pelo vento, cobriu-me o corpo da cabeça aos pés, ofuscando minha visão já dificultada por sangue e lágrimas. O fim estava próximo para mim!...

Semi-inconsciente, percebi um barulho comum. Agucei a audição, forcei a visão e identifiquei um cavaleiro que se aproximava a galope. Era um militar romano, mensageiro do Império que, atrapalhado, apeou de sua montaria e se dirigiu, apressado, ao oficial que comandava a execução, entregando-lhe uma carta. Esse mesmo homem, impaciente, não esperou pela reação do oficial; gritou ao grupo de meus simpatizantes que permanecia aos pés da cruz:

- O imperador Tibério ordenou a suspensão da execução e determinou uma complementação das investigações sobre o sentenciado Jesus. Apanhai vosso Mestre, se ainda está em tempo! E aproximando-se do meu corpo suspenso na cruz, exclamou:

- Lamento; é tarde demais!... Vocês aí - gritou na direção dos soldados *- acabem com esses dois enquanto estão inconscientes -* referindo-se aos crucificados zelotas Dimas e Gestas.

O patíbulo foi baixado. Por milagre, eu estava vivo, porém agonizante. Fui libertado do madeiro, enrolado em um pano de linho e conduzido a um amplo e novo sepulcro cavado nas proximidades do Gólgota, onde, às escondidas, recebi um cuidadoso tratamento médico. Recuperei-me rapidamente dos ferimentos e, uma noite, acompanhado de amigos da fraternidade essênica, parti a cavalo para as terras da Índia, onde continuei a semear minha doutrina sem revelar publicamente minha identidade. Deixei a vida terrena com idade avançada e meu corpo carnal permaneceu escondido, por muitos anos, em um mosteiro da região, em perfeito estado de conservação, até que foi trasladado para o túmulo definitivo.

Naquele tempo, as tribos de Judá e Behamiã, as únicas remanescentes da Diáspora, estavam espalhadas pelos territórios do atual Afeganistão, do Paquistão e da Caxemira. Cumpru-se a antiga profecia; semei minha doutrina para as doze tribos de Israel.

Se alguém duvida, que vá a Srinagar, capital da Caxemira, onde encontrará o venerado túmulo de um homem chamado Rosabal, que, em verdade, sou eu.

(Conto vencedor do Concurso Literário "A palavra do século XXI", promovido pela Associação Artística e Literária de Cruz Alta (RS), novembro de 2004.)

“Finalmente, meu corpo foi suspenso e o madeiro encaixado no tronco fixo, onde meus pés foram presos por outros cravos.”



Rui Mourão

O mágico e o real em Ouro Preto

Manoel Marcos Guimarães
Jornalista, editor de MagisCultura

“**A** arte é sempre uma invenção, uma mentira, mas é uma forma de a realidade se manifestar.”

Essa epígrafe do romance *Os demônios descem o morro* talvez sintetize com precisão a obra de Rui Mourão, como bem anotou Ruth Silviano Brandão, doutora em Literatura Brasileira e Literatura Comparada pela UFMG, em alentado ensaio sobre a trilogia do autor em torno de seu tema preferido: Ouro Preto.

Embora essa trilogia esteja impregnada de informações históricas e atuais sobre a história de Vila Rica, a Inconfidência Mineira e o próprio Museu da Inconfidência, que dirige há 41 anos, Mourão é enfático ao afirmar: “*Meu livro é só ficção, não é realista; é mágico*”. Não é por acaso, aliás, que ele reconhece em Ruth Silviano a “sua” crítica. “*Um amigo me dizia tempos atrás que eu ainda não havia encontrado a minha crítica; acho que a encontrei*”, me revelou ele em animada conversa em sua residência no bairro Santo Antônio, na capital mineira, recheada de peças de arte sacra que remetem à histórica Ouro Preto.

“*Ouro Preto marcou muito minha caminhada literária*”, diz. “*Antes eu escrevia preocupado com pesquisa de linguagem, da frase, do português escrito. Quando me mudei para Ouro Preto, a cidade mudou minha maneira de escrever, mudou minha linguagem, eu fui me impregnando da realidade ouro-pretana*.” Foi essa realidade ouro-pretana que lhe permitiu “*realizar uma obra vinculada à realidade brasileira*”, sonho acalentado ao tempo em que, com parceiros como Affonso Ávila e Fábio Lucas, editou a pioneira revista *Tendência* (1957).

Gestor recordista

Há mais de 41 anos, aliás, Rui Mourão percorre de ônibus, diariamente, os 90 Km que separam Belo Horizonte de Ouro Preto, para exercer as funções de diretor do Museu da Inconfidência, verdadeiro recorde de permanência na direção de um organismo público brasileiro, principalmente se levarmos em conta as alternâncias políticas dessas quatro décadas. A primeira designação, em 1974, entretanto, não foi pacífica. “*O Geisel demorou nove meses para assinar o ato*”, pois os órgãos de informação do governo suspeitavam de sua ideologia.

Ele relata: “*Eu havia integrado o grupo de professores de criação da Universidade de Brasília, com o Darcy Ribeiro, e após março de 1964 a universidade ficou muito marcada, pois os militares achavam que ali era celeiro para preparar uma revolução, para formar o pensamento revolucionário... um absurdo. A gente dava aula com um espião dentro da sala, para entrar no campus eles revistavam nosso carro até por baixo*.” Houve, então, a prisão

“Quando me mudei para Ouro Preto, a cidade mudou minha maneira de escrever, mudou minha linguagem, eu fui me impregnando da realidade ouro-pretana.”

de sete professores e, em reação, 264 docentes pediram demissão; Mourão entre eles.

Depois disso, ele deu aulas em três universidades americanas – Tulane, Houston e Stanford – mas retornou logo ao Brasil. Quando foi indicado para assumir o Museu, depois de trabalhar na Imprensa Oficial de MG, o episódio foi retomado em um inquérito no qual depôs como testemunha e os militares que o interrogaram queriam saber porque ele havia ido para os EUA. Só quando conseguiu provar que havia recebido convite da universidade americana antes de deixar a UnB a sua nomeação foi liberada. Desde então, foi reconduzido por todos os demais governos.

Sem pejo, avalia que foi bom o trabalho feito e admite que está pensando em deixar o cargo: “*Já fiz tudo o que queria fazer no Museu*”. Segundo ele, quando foi criado pelo Instituto do

Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), o museu “*era um museu da história de Minas e não da Inconfidência*”, mesmo porque quase não havia documentação histórica sobre a Conjuração. “*Eu mudei essa perspectiva*”, afirma Mourão.

Ele defende a tese de que a Inconfidência “*só podia mesmo ocorrer em Ouro Preto*”. E explica porque: “*Naquela época, o centro de gravidade do país estava em Pernambuco e um pouco na Bahia; ali estavam os grandes fazendeiros, exportando açúcar para o mundo inteiro. Lá, ninguém queria saber da independência, queriam ficar ligados a Portugal, estavam satisfeitos. E as principais cidades de lá, como Salvador, eram artificiais*”. A situação muda quando emerge em Minas, com força, a mineração, que tornou obrigatória a constituição de um núcleo urbano para dar sustentação à atividade.

Ouro Preto foi, então, o primeiro núcleo urbano verdadeiro a se constituir no Brasil, “*pois começaram a aparecer ali trabalhadores, artífices, padres, pequenos proprietários, gente que pensava por cabeça própria e estava vendo os sacrifícios dos pretos, as dificuldades da mineração e a violência do fisco, que foi ficando cada vez mais séria, quando o ouro começou a minguar*”. Foi aí que se criou o caldo para a Inconfidência.

Trajatória literária

Seu primeiro livro publicado foi *Raízes*, quando ainda era oficial de gabinete de JK. Sua obra de maior destaque, no entanto, e também a mais recente, é a trilogia sobre Ouro Preto, iniciada com *Boca de Chafariz*, em 1991, e que teve sequência

com *Quando os demônios descem o morro*, em 2008, e *Mergulho na região do espanto*, em 2015.

Boca de Chafariz foi contemplado em 1992 com o Troféu Francisco Igreja, da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, como o melhor romance do ano e em 1994 foi agraciado, na Colômbia, com reconhecimento Especial do Premio Pegaso de Literatura Latinoamérica. Rui Mourão foi agraciado com inúmeros prêmios, entre os quais o *Cidade de Belo Horizonte*, o *Prêmio de ficção da Academia Brasileira de Letras* e o *Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura*, pelo conjunto da obra. Em 2015, foi agraciado pelo governo federal com a comenda do Mérito Cultural.

A propósito da trilogia ouro-pretana, Ruth Silviano Brandão afirma em seu ensaio: “*Ouro Preto e seus espantos são revisitados e suas histórias recontadas por vozes entrelaçadas, confundindo-se, sem hierarquia, como num romance polifônico: vozes diversas, contraditórias, ecoando os lamentos dos habitantes de outrora. O tempo se mistura em camadas de terra reviradas por uma chuva escatológica, que obriga a mergulhos incontáveis, para descobrir fragmentos de uma história de glórias e ruínas*”.

Ouro Preto é personagem de Rui Mourão, visitante de seus livros e do Museu da Inconfidência, com seus fantasmas que não se calam, elevando suas vozes para o futuro, com seus depoimentos, seus testemunhos que a história oficial não registrou. Rui Mourão, ficcionista contemporâneo, escritor e personagem, pesquisa e inventa outra história, perdendo-se na papelada do museu, nos fatos do século XVIII e nas notícias de hoje.”

Já em seu livro mais recente, *Mergulho na região do espanto*, Mourão continua, “*com suas vozes assombradas, a colher testemunhos de nossa estranha história, construída com o ouro, força motriz de fatos e ficções que se mesclam, inseparáveis, na neblina do tempo de Ouro Preto*”, continua Silviano.

E a doutora complementa: “*Se nos romances precedentes, há um vozerio surreal que apresenta outra visão da história de Minas Gerais, em Mergulho na região do espanto, há o questionamento do próprio autor-narrador, através dos argumentos de seus psicanalistas, que o interrogam sobre suas teorias, colocando em dúvida a suposta verdade de suas pesquisas*”.

Construção e desconstrução, assim é a obra de nosso escritor sisífico, eternamente a carregar sua pedra da escrita, montanha abaixo e montanha acima. Nas montanhas de minério das Minas Gerais, região onde o ouro é seu enigma nunca respondido.”

De Bambuí a Ouro Preto

Rui Mourão nasceu em Bambuí, Oeste de Minas Gerais, em 1929. Iniciou seus estudos em Formiga e logo depois a família mudou-se para Divinópolis; com a morte do pai, foi morar em São João del-Rei com o avô e depois mudou-se para Belo Horizonte, para trabalhar e fazer o curso de Direito. Foi oficial de gabinete, como redator, nos governos de Juscelino Kubistchek e Bias Fortes, trabalhou com Murilo Rubião na criação do Suplemento Literário do ‘*Minas Gerais*’ e foi diretor executivo da Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), antes de assumir o Museu da Inconfidência.

“Rui Mourão, ficcionista contemporâneo, escritor e personagem, pesquisa e inventa outra história, perdendo-se na papelada do museu, nos fatos do século XVIII e nas notícias de hoje.”

Mergulho na região do espanto^{*}

Rui Mourão

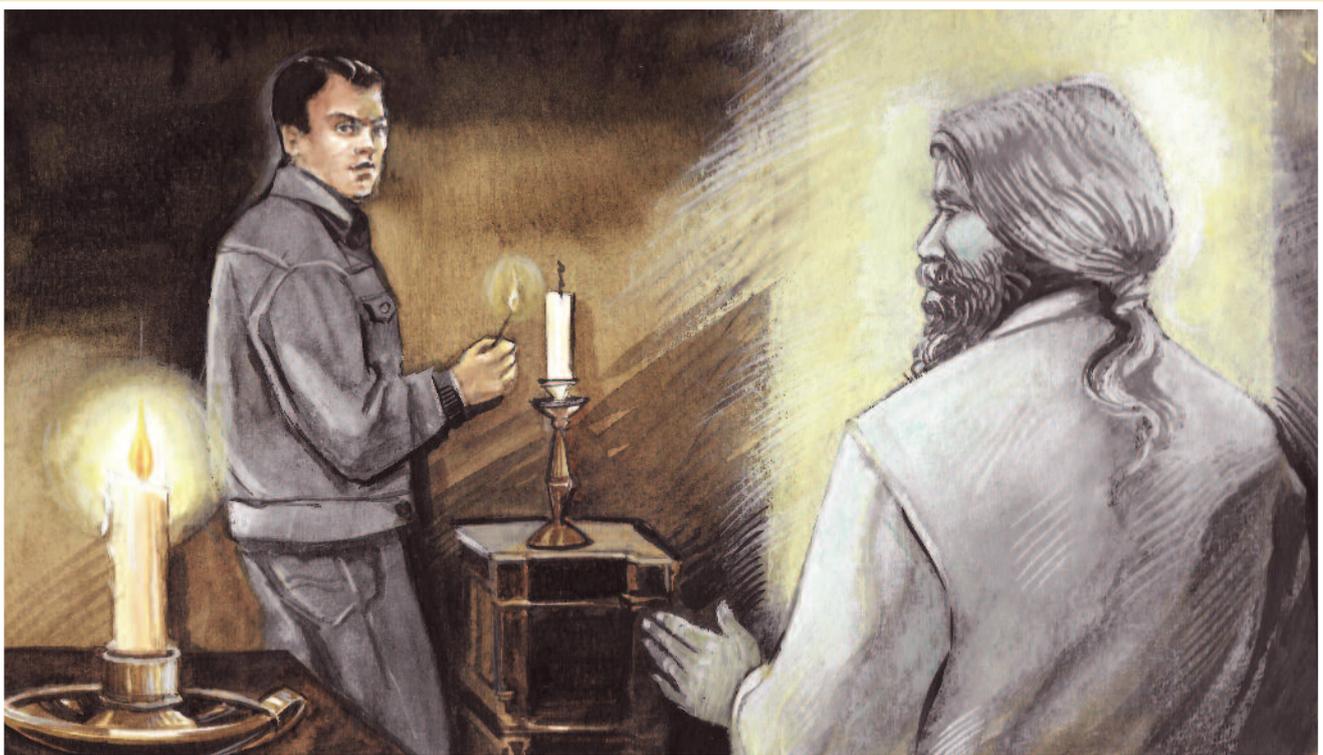
Eu havia acendido uma vela na mesa, estava levando o fósforo ao pavio de outra no criado-mudo à cabeceira da cama, notei um clarão inesperado às minhas costas.

A primeira vela teria tombado, passando a queimar alguma coisa? Olhei para trás, deparei com uma figura acabada de materializar-se dentro do quarto, que emitia luz própria. Cabeleira longa, barba longa, longa bata descendo para os pés. No susto, desmelinguido em perplexidade, soltei em falsete: *"Tiradentes?"* A resposta veio pronta, em grossa voz dominadora de orador: *"Joaquim José da Silva Xavier. Tiradentes pela vontade do povo me tornei"*. Na desconfiança de que talvez não fosse do agrado dele ser chamado pelo apelido, forte constrangimento maltratou-me. Mas ele já havia começado a proferir o seu discurso, como se em outro lugar se apresentasse. Imaginando-se talvez diante de um tribunal intemporal. Não me deu tempo sequer para recompor-me.

As condições da minha morte todo mundo conhece. A Praça da Lampadosa, no Rio de Janeiro, repleta de soldados e curiosos. Esses últimos apinhados também pelas janelas das casas. À frente, de um lado e outro, atrás. Para presenciar o repente do desabar estocado do meu corpo, logo a balançar no espaço com o carrasco montado em minhas costas. Sustentado no alto sobranceiro da plataforma da forca, aos muitos olhos apresentado. O que aconteceu depois foi a portas fechadas, mas a sentença proferida pela justiça da rainha D. Maria I havia tornado pública a operação do esquartejamento. Desarticularam meu corpo como se fora desconjuntado briguela,

armação de pau que a criança, tendo arrebatado o cordão de união das partes, deixa espalhado sobre o tapete, lixo a ser recolhido pela arrumadeira, no dia seguinte. Amontoado de braços, pernas, tronco e cabeça a encarar a estupidez do mundo a poder de negros olhos fixos atentos, num arremedo de vida extinta.

A desmontagem do que antes fora unidade de movimento, de pensamento e de sentimento é experiência pela qual poucos passam. Eu gostaria de encontrar um desses irmãos para saber se o que senti constitui normalidade por todos compartilhada. Ignoro se perdi a consciência, no primeiro momento. Flutuei num limbo onde não existia nem dor nem angústia. Somente vácuo de sensibilidade que o meu ânimo não conseguia sequer pensar em transpor, para o restabelecimento da minha integração. Ao serem expostas as distribuídas partes humanas pelos locais isolados do Caminho Novo, a estrada para o Rio, onde o povo ouvira a voz da revolução, as ocorrências de vazios alargaram-se extraordinariamente. Tornaram-se realidade geral muito remota, a ponto de desconectar a noção de que um dia eu existira em carne e osso. O sol, o vento e a chuva castigavam as porções de mim, que minhas iam deixando de ser. A tal ponto que o último fio de ligação se rompeu. Até hoje não sei se aquelas remotas carnes e ossos acabaram enterrados ou foram devorados por animais, como não posso confirmar também a tradição de que minha cabeça teria sido roubada da gaiola em que ficou no alto de um poste na Praça da Cadeia em Vila Rica ou se ali ficou a dessorar, a murchar e a secar ao sabor da



inconstância do clima, que é gelado quando faz questão de ser, que é verdadeira canícula quando não consegue se controlar. A sensação do vazio sem termo, do nada em que não existia onde me apoiar tornou-se sensação de navegar em estupor dentro de um tempo estático, de negação de si mesmo.

No momento em que desisti de continuar a procura do meu corpo, no equívoco de supor que só através dele seria possível promover minha reunificação, percebi que estando a fazer uso de suprasentidos, como entidade subsistia. Também que em outro plano salvo me encontrava, ao descobrir a existência de diferente suporte material fora de mim. Nos manuscritos dos *Autos de Devassa da Inconfidência*, volumes conservados dentro de sacos verdes na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Confirmando a crença de que quando menos se espera a realidade comparece, ao final de anos superados, me foi possível mesmo a reintegração em outros confortáveis corpos de empréstimo, em tudo semelhante ao da antiga serventia humana. De pedra, bronze ou ferro, em espaços públicos apresentados, ou estampados na forma de desenhos e pinturas em bibliotecas e escritórios. Monumento sobranceira-mente assentado no alto de pedestal na praça batizada com meu nome, na cidade onde tivemos a oportunidade de tentar integrar o nosso destino ao destino do país, deve ser considerado o de minha preferência. Nele continuamente permaneço, por guardar maior afinidade com a população do seu entorno. Questão talvez de saudosismo. Sobra-me agora confiança, julgando-me multiplamente protegido. A pedra e os metais são indestrutíveis e mais do que eles a memória do povo.

A vida interior não se consumiu. Superando paixões, ganhei-a renovada em outro plano. Esvaziado e fino, navego leve em todas as direções. Mas o reflexo do envolvimento com ideias políticas que por tanto tempo constituíram o conjunto absorvente das minhas preocupações me acompanhará pela eternidade. Ao contrário do que se possa pensar, de mim jamais se descolará o empenho apaixonado dedicado a uma causa que na ocasião não tinha nem condições de em profundidade entender, era algo condenado a ser passageiro, de duração logo finda como foi. O que se apresenta como aventura repleta de emoção na temporalidade é aliciador. Enquanto persiste, temos a noção de que se trata de acontecimento único, ao qual não podemos deixar de nos agarrar, mesmo com o risco de enfrentar a própria morte. O que existe no plano da intemporalidade, sem começo e sem fim é a sabedoria, a serenidade do que não acontece e não passa porque já aconteceu e persiste. Acredito que daí é que vem essa pacificada claridade que me envolve. Claridade em tudo diferente da que comigo caminhava, carregada de fincado comprometimento, enquanto existi.

Ao recordar aqueles dias, às vezes ainda penso que estou a emocionar-me, mas é engano. A lembrança de turbulências de quem já se encontra em outro plano é pura racionalidade. Não passa de frieza do inexistir numa esfera onde o calor do existir constitui exatamente a sua negação. Na quadra da minha mocidade, motivação para pretender interferir no rearranjo do mundo estava chegando com fartas informações que circulavam em livros proibidos, na verdade desconhecidos. Deles só possuía informação incompleta, pelos cantos sussurrada. Pensamento revolucionário, surgido em torno de uma sempre referida Enciclopédia, prenúncio de tempos de convivência mais igualitária entre os homens. Começava a esboçar-se uma saída para os nascidos sem esperança, os que se consumiam na crença da impossibilidade de chegarem a respirar além das suas

“Afundado em mim,
sorrateiro e incompleto,
aquele desejo grande de
somar para por fim ao
mando português,
estouvada, cerceadora
dominação que nos
chegava de sumidas
lonjuras.”

limitações rotineiras. O entendimento de que as pessoas – todas as pessoas – baixavam na terra em condição de igualdade, estabelecia diferente processo para as nações se organizarem. Alguns subiriam ao comando coletivo, por concessão de poder dos que lhes eram semelhantes. Indiretamente, todos passariam a contribuir para estabelecer as leis que os regeriam.

Comigo por onde andasse, o volume das *Lois Constitutives des États-Unis*, relíquia do movimento pela independência das antigas colônias inglesas. Editado na Suíça, em francês, presente de José Álvares Maciel. Instrumento de reorganização da vida que fora de outro lado da fronteira, instrumento de subversão que passara a ser por aqui, metido no bolso ou discretamente manuseado quando era oportuno reforçar a argumentação na rua, na tentativa de conquista de um futuro patriota. De fragmentos do seu conteúdo tomava conhecimento através de frases soltas decifradas por companheiro de farda que, em noites de vigília, consultando dicionário à luz de candeia, procurava esmiuçar a língua estrangeira. As porções de compreensão que iam brotando do livrinho na luta diária do ansejada com a língua estrangeira automaticamente encontravam lugar em minha cabeça, já bastante esclarecida pelas doutrinações de Maciel e as leituras muito explicadas do cônego Luis Vieira da Silva. Minha imaginação entrava em cena e eu começava a enxergar o que não aconteceria entre nós e o que possivelmente

não ocorrera no país estrangeiro. O povo das Minas se juntaria aos das outras regiões, Rio de Janeiro e São Paulo só para começar, como o das colônias inglesas se juntaram no dia da vitória. Ao som do clarim e ao tremular do pavilhão que reivindicava os novos tempos, a carga decisiva da cavalaria desfechada em longitudinal, para em cone ir quebrar a unidade do adversário. E o conseqüente embate de cavaleiros se multiplicando em crescendo, enquanto sobre as cabeças passavam sibilantes arremessos enviados por canhões que, trovejando nas encostas, bem longe produziam estragos. Findos os impactos sonoros de ferros empunhados por cavaleiros ou combatentes de solo, entre estampidos de balas e fumaça de pólvora que então se tornara de comemoração, o grito coletivo dos vitoriosos, a redescoberta da bandeira dos revoltosos a tremular hasteada contra o vento, indicando a fundação de uma república.

Afundado em mim, sorrateiro e incompleto, aquele desejo grande de somar para por fim ao mando português, estouvada, cerceadora dominação que nos chegava de sumidas lonjuras. Do outro lado do oceano. Repletas de segredos, pessoas responsáveis às escondidas se apresentavam, fazendo medrar o pensamento novo. Para emitir palavras quase truncadas, de cautela olhavam à roda antes de abrir a boca. Hostilidade pesada se mantinha contra a encarnação da metrópole, a rainha D. Maria I. Meu passado me ajudava a querer ser mais do que até ali havia sido. Órfão aos nove anos, terminado de criar pelo tio e padrinho, de quem aprendi a arte de cirurgião-dentista – de onde veio o nome pelo nome com o qual neste futuro ainda me encontro –, com irmãos e primos sacerdotes desenvolvi certa forma de propensão temerosa, desejando ser honrado e justo para merecer o reconhecimento da Entidade que me concedera o dom de existir. Mas precisei chegar esbarrado à beira da morte e enxergar a perspectiva de uma vastidão maior do que o chão em que pisava para conseguir, eliminando do coração a zona de rancor e ódio, ser alguém submisso, dócil e apaziguado. Meu temperamento sempre fôra, pisado ou contrariado, com bravura reagir. Muitas vezes descontrolado e às cegas.

Pertencente a família de proprietários de terra, sempre quis continuar merecedor da consideração dos que estavam por cima. O certo é que, a perseguir na juventude passos ao léu, por

caminhos desconhecidos, meu destino parecia contra mim escalado. Conduzi tropa e mascateei pelo Rio de Janeiro, norte de Minas, sertão da Bahia, até compreender que naquela direção nenhum rendimento alcançaria. A prática de extrair e implantar dentes, complementada pela atividade de médico prático, que para tanto me socorria boa intuição e os ensinamentos do primo naturalista frei Domingos da Conceição Veloso, sobre as virtudes curativas das plantas tropicais, conferiu-me certa aura de respeito. Não encontrando êxito na tentativa de contrair matrimônio vantajoso numa casta poderosa de Diamantina, o ingresso no Regimento de Cavalaria na condição de alferes a princípio constituiu uma esperança. Pela frente encontrava a indiferença de chefes, que não davam valor a meus esforços para ser eficiente e responsável. Servi nas forças de defesa contra ameaças externas no Rio de Janeiro. Na ronda do mato, realizei missões para perseguir e prender salteadores na Serra da Mantiqueira. Destacado como se engenheiro fosse, realizei estudo para variante do Caminho Novo até o Registro de Paraibuna, diminuindo seu percurso, examinei a possibilidade do estabelecimento naquela área de novas cidades, além de ocorrências de ouro ainda desconhecidas. Descobrimo 82 pontos que aguardavam iniciativas de mineração, obtive autorização para explorar a metade, terminando os meus dias como um vencedor. Foi então que tomei conhecimento de uma verdade. Morrer rico é fato importante que se encerra com a vida. Ser rico na morte é ser o que agora sou. O que sempre quis ser, sem saber o quê, sem saber como.

O interesse da maioria dos homens quando pisa a temporalidade é um só. Dinheiro, que em Vila Rica era representado pela sua essência, o ouro. O assunto a expandir na boca do povo – na cidade ou no campo em casuais encontros de amigos ou em casa com a família, na sala de visitas ou no quintal, à mesa do jantar ou no quarto antes de dormir – um só e o mesmo. O ouro encontrado a beira do córrego, necessitando ser apenas ajuntado por quantas mãos gananciosas se apresentassem. O ouro igualmente fácil dos anos posteriores, separado na bateia depois de escorrido encosta abaixo em meio à lama provocada por despejos de água artificialmente provocados. O ouro dependente de aprofundadas perfurações para ser buscado no coração da montanha, que começava a escassear por depender para ser obtido de equipamento muito custoso, pessoal com experiência conquistada em outras terras, enxadeiros, cavouqueiros e faiscadores por demais numerosos. O ouro total, controlado em somatório absoluto pelos agentes da fiscalização, que passando por cima das cabeças ia enriquecer, em outra esfera, quem nem sabia da existência de uma população com problemas a resolver.

O ouro arrancado das entranhas da região, que nenhum direito garantia por aqui, era reconhecido como de dono pouco identificado, escondido no depois da intermediação do mar. O ouro castigava no trabalho da enxada e da bateia legiões de negros afundados no rio, debaixo do sol, enquanto à custa dele em desconhecidas lonjuras, afortunados pertencentes a áreas de prestígio ou beneficiados pelas culminâncias da corte, de sorriso estampado moviam-se ao ritmo de pura leveza. Os de bem distante tiveram passado, desfrutavam o presente, podiam continuar sonhando com o futuro. Os da beira do cascalho

“Os de bem distante
tiveram passado, des-
frutavam o presente,
podiam continuar
sonhando com o
futuro.”

“A repressão em torno das lavras aumentava, a evasão do metal se intensificava.”

arrastavam um vivido destroçado, enfrentavam o momento de apreensões e insegurança, encaravam um a construir sem perspectiva. De onde mais poderia provir o sentimento de revolta estacionado no coração do povo? Em reuniões secretas, com desconforto – confiança de alguns, pouca confiança ou temor de muitos –, chegávamos a entendimento. Não seria razoável concordar com o atraso quando, ao norte do continente, outros ares já se respiravam. Nem era justo permitir que uma população inteira, pela simples razão de não enxergar além de si, prosseguisse na ignorância dos novos tempos. Nossa terra, grande por doação da natureza, podia tanto quanto a outra que, para sair à frente e vasta também se apresentar, vira-se obrigada a juntar regiões e populações nascidas separadas.

Perdidas e encontradas, as consciências percebiam as coisas segundo variadas possibilidades de compreensão. A situação transbordava-se. Disciplina de rigorosa moralidade nunca existiu. Em luta contra o bloqueio do agente arrecadador, que sempre compareceu áspero e numeroso, pontuavam-se presenças dos que davam o seu jeito. Desviava-se pepita escondida nas dobras do calção. Pressionada para dentro do cu ou da boceta. Nos anéis da gaforinha. Na boca, para ser engolida quando preciso. Na orelha, faixa de pano enrolada na cabeça ou com simples tampão de algodão, em fingimento de dor de ouvido. O receio do desaparecimento completo do ouro, contraposto à fúria arrecadadora sempre crescendo, induzia desatinos de comportamento. Mãos-cheias disfarçadas metiam-se para dentro do mato, de lá saíam aliviadas. No breu da noite, já dispensado das obrigações do dia, um ou outro retornava clandestino ao trabalho, à luz de extraviada candeia ou somente no clarão da lua, minerava escondido por conta própria. Na ladeira de Santa Ifigênia, código estabelecido garantia segurança para o trânsito de carregamentos vultosos. Numa janela de casa disfarçada, exposição de imagens de santos em vitrina. Faces voltadas para a rua sinalizavam presença da repressão, costas em desprezo pelos passantes, passagem livre. Essa ladeira, no passado apelidada Vira-sai, hoje Virassaia passou a se chamar. Santos de pau-oco, de interior esburacado pela base, instru-

mento de fingimento de negro, que se expondo com expressões de religiosidade exagerada diante do agente arrecadador, a ponto de parecer caso de juízo avariado, a ser cumulado com ironias e comentários de chacota. Misturados costumes de Deus com os do Demônio, mais tarde recursos novos foram encontrados. Cortejo com acompanhamento de padre paramentado, brotando da igreja debaixo de pálio a quatro mãos sustentado, música de banda exaltando as glórias de São Sebastião, a imagem de porte avantajado, carregada em andor por multiplicados ombro-a-ombro de uma dezena ajuntados parecendo, de um lado e outro, empenhados em se sacrificar debaixo do imenso peso de seus pecados, transportavam densa cornucópia repleta de pepitas. No escondido de certa lonjura, num momento que dava chance, deposto no chão, tombado de lado para facilitar o descarregamento, súbito o padroeiro, de janela aberta nas costas, revelava-se insurgente contra Portugal.

Numa região onde escasseava uma arca ou uma mesa com gaveta, onde a muda de roupa, quando de uso, ficava à espera em cima de um banco ou dependurada em qualquer parte, no varal do pé da cama, no cravo enterrado na parede, problema sério descobrir dentro de casa esconderijo para o produto desviado das catas. Pepitas eram empurradas para debaixo do colchão ou metidas no meio da palha de colchão de barriga aberta, que depois passava por recostura. Enterramentos em quintal debaixo de árvore, na barafunda de moita de capim alto se desse de existir, nos dois casos cuidando para não levantar bulha ao fincar da cavadeira ou do enxadão, só viável no abandono de madrugadas sem lua e sem o socorro sequer de uma candeia. Sossego não se tinha, uma vez que a vila inteira adotava a mesma prática e havia os que, optando por obter vantagens extras com o alheio, se entregavam a prospecções desonestas pela vizinhança. Os azarentos de ocasião, que atravessavam longos períodos bateando sem resultado, dispoendo de pouco para esconder, buscavam dentro das cafuas a parte superior das ripas, onde a pressão da cobertura de sapé representava garantia de imobilidade, também os topos de paredes, mesmo amargando boa margem de receio, não fosse um vento forte penetrar varrendo por ali, esparramando no chão o que nem dos filhos podia ser de conhecimento.

O sepultamento em parede, achado que logo muito se generalizou. Tratando-se de ideia jamais passada adiante, a propagação dessa prática constituiu mistério nunca explicado. As decisões a respeito, tomadas como descoberta original de cada um, segredo tumularmente mantido. Mesmo na família o expediente tendia a morrer sem palavra, sem comentário entre os comparsas, marido e mulher. Com massa já pronta no quintal, os arrombamentos e fechamentos de buraco só se praticavam quando as crianças já navegavam em sono pesado. Tal resguardo garantia às pessoas mais conforto, relaxada sensação de segurança, embora existisse um torturante porém. Para não se perder a direção do malfeito, necessário a manutenção continuada de mente atilada. Depois de cada ação se procedia a pacto de advertência. Que não viesse alguém se enganar, na ocasião do desmanche do segredo. Infelizmente não se podia

deixar sinal externo, mesmo disfarçado, indicando o que se pretendia passar por inexistente. Multiplicada a frequência da utilização dos esconderijos, a questão se transformava em pesadelo. Levava um filho de Deus a se deparar confuso diante do que havia praticado. Acometido por esses momentos de dúvida, o marido convocava a mulher. Os dois se desencontravam em suposições sussurradas no escuro, se penitenciando pela exagerada multiplicação de arrombamentos e lamentando por não terem se precavido com maior atenção. Num ponto os dois acabavam por concordar. De qualquer forma, o enterramento em parede era mais seguro que o do quintal. Persistindo a dúvida, perda não acarretaria. Havia sempre o recurso da procura por partes, avançando-se com muita cautela, arrebatando e reconstruindo a casa inteira.

Era a guerra estabelecida contra a metrópole. A repressão em torno das lavras aumentava, a evasão do metal se intensificava. Acordo tácito entre os que se movimentavam no trabalho à margem dos rios derrotava por antecipação o adversário. Visível espírito de colaboração não declarado acabou se impondo entre os nacionais. O titular da data não temia mais o olhar dos colegas das imediações, que de uma hora para outra, interessados em obter alguma escusa vantagem, muitas vezes denunciavam se tornavam. Com harmonia entre todos, todos saíam ganhando. A situação do negro na bateia, sempre a mais difícil. Escapar da rente vigilância do patrão e da ronda supervisora dos que cumpriam ordens chegadas de Portugal, duplo cuidado a exigir atenção permanente. Mas de uma hora para outra a corda pelo menos pela metade deixou de ficar esticada. Administrando abertamente o muito que passou a embolsar contra a organização administrativa funcionando acima dele e temendo expor-se a represálias com um endurecimento na área de serviço, o chefe imediato que não tinha mais escrúpulo em revelar às claras o que praticava, porque não havia meios de proceder de outra forma, preferia tolerar certo prejuízo por baixo.

Essa situação de alívio tinha consequência na atividade noturna dos que agrediam as paredes das casas. A lida dos maridos que trabalhavam com marreta, talhadeira e colher, das mulheres preparando massa no quintal para transportá-la em caixote de uma hora para outra se multiplicaram tão intensas que a Vila inteira pareceu um canteiro de obra. Não pelo barulho, que esse se cuidava para não existir. Mesmo tornada muito ampla, a operação prosseguia sendo realizada em sufocado sigilo. Para não acordar os filhos e os demais da família também adiantados no sono, nem ser ouvida do lado de fora por passantes perdidos na escuridão da noite, amortecidas por pano muitas vezes dobrado as pancadas da marreta desapareciam sobre si mesmas, e das bocas palavra não saía. O marido aguardava paciente a chegada da companheira para ajudá-la no cuidado de pousar no chão o peso baixado do ombro. Sabendo tudo para o que a cada momento devia estar atenta, a mulher ia e vinha. No caso de serem neófitos os comparsas, prévia combinação havia sido feita. Para os já habituados com a rotina, nenhuma precaução a mais se precisava tomar.

“Mesmo sendo ainda promessa, o anúncio sepultou em sombras corações.”

Eu tinha conhecimento de tudo e alarme não dava. Não devia proteger os conterrâneos? A obrigação do militar que durante tantos anos fui, muito assumida, terminava no Caminho Novo. Nas investidas contra os assaltantes da Serra da Mantiqueira. No acompanhamento dos comboios de ouro que seguiam em marcha batida para o Rio de Janeiro e das carroças em retorno, que vinham sobrecarregadas de suprimentos para o comércio, mercadorias desembarcadas no porto. Cumpria com rigor e lealdade minha missão. Mantido em alta meu sentimento de honradez, cabeça erguida e olhar franco – um pouco desconfortado pela frustração de não galgar, como outros, melhor posição na tropa –, de consciência tranquila recebia meu soldo no final do mês. Na eventualidade de uma transferência para o policiamento da Vila, outra experiência teria que enfrentar. Qual seria minha atitude, se tal acontecesse? Na certa optaria por pedir desligamento da tropa, tomaria partido declarado na luta pela independência. Possuía opinião assentada sobre o comportamento dos mineradores. Não conseguia entender a resistência à opressão nas minas como descaída para a desonestidade. No interior de cada pessoa, concentração fina e dura, a vontade de afrontando, demarcar o quê era nosso. Sem conhecimento da verdade que noutras terras os grandes do mundo estavam a revelar, agindo apenas por instinto ao praticar os desvios de ouro inegavelmente gananciosos – ignorando por completo o lado fundamental do que fazia –, aquela gente sustentava combate aberto em defesa do pedaço de terra em que nascera. Tratava-se de prática revolucionária que não era, pelo desconhecimento das coisas não podia ser. Absurdo pretender que o povo daquela época, não possuindo condições sequer para enxergar além do seu entorno imediato, estivesse comprometido com as idéias pregadas pelos franceses. Os portugueses na certa pensavam diferentes e nós, pretensos revolucionários, perdemos a oportunidade de trazer para o nosso lado uma força que bem orientada produziria mais amplos resultados. Para chegarem à compreensão do que por via indireta vinha procedendo, muito pouco bastaria saber os agentes da pesada evasão de riqueza.

Pequeno empurrão, um esmiuçado esclarecimento, como acontecia na Igreja com a palavra de Deus. O medo – não um resguardo estratégico –, é que levava os companheiros de conspiração a não querer enxergar o que parecia claro.

De que maneira o que tão bem se escondia acabou conhecido? O final da desenfreada sonegação redundaria em desamparada expectativa. A suposição geral era de que, descoberto o tamanho do rombo produzido pelas artimanhas praticadas por aqui, seriam tomadas providências para modificar por completo o processo da cobrança do que a metrópole estabelecera como direito seu. Teriam sido chamados à ordem os prepostos que operavam na colônia? Haviam sido descobertas as muitas formas de burla que estiveram por tanto tempo em segredo sufocadas? Começou a pesar principalmente a sensação de risco que acompanhava a ação noturna dos casais. Os esbirros de sempre, sem qualquer razão aparente, do dia para a noite mudaram de atitude. De cara enferrujada, passaram a pisar forte na região do garimpo. Intratáveis se tornaram. Começaram a disparar contundentes, inesperadas exigências. Agindo sem contemplação, não admitiam sequer que alguém, numa roda, abrisse a boca para comentar sobre o cansaço das minas. Em estado de revolta, chegaram a se referir a uma evasão de tal maneira volumosa que nenhum espírito sensato admitiu estivessem falando a sério. Por que não tomavam a iniciativa de verificar que o metal desaparecido das margens do rio escasseava também nas encostas dos morros? Tendo sido possivelmente maltratados por seus superiores e se sentindo ridicularizados, ludibriados por uma população quase toda de negros e índios, cheios de ódio não se dispunham também a apurar coisa alguma?

Por mais que tentássemos entender a situação, àquela altura estávamos longe de conhecer o tamanho do descontentamento que grassava no centro do poder, do outro lado do Atlântico. Destempero sem limite não tardaria a abater-se sobre a colônia. A decisão tomada veio revelar, a violência despencada do trono de D. Maria I nem de longe poderia ser explicada como mera providência que visasse por cobro a maus resultados consequentes do desleixo da guarda. Inimaginável fúria em forma de expediente jurídico foi posta em suspenso no ar, pronta para explodir, destruindo o que a duras penas havia conseguido amearhar a população inteira. A metrópole planejava atingir-nos com um decreto de derrama, dispositivo vingador que, numa demonstração descompensada de força, revelaria quem de fato era dono da região. Mesmo sendo ainda promessa, o anúncio sepultou em sombras os corações. Movimentando em casa ou no trabalho, estávamos reduzidos em nossa condição de seres humanos. Não passávamos de ínfimos coadjuvantes, simples moradores a arranhar na beirada da selva. Sem apelo possível, Portugal exigiria o recolhimento de 100 arrobas de ouro anuais, teto só alcançado quando a extração se encontrava no pico. E o pânico fez com que se imaginasse, estaríamos condenados à reposição a partir de 1750, data do início da baixa progressiva das transferências efetuadas. Poderia ser maior a trombada? No cumprimento da exigência, cada morador, comprometido ou não com a atividade extrativa, sofreria desapropriação de bens até que se atingisse o limite do

“Não sendo filósofo, jamais se interessara por indagar sobre essências.”

valor estabelecido. Na maioria dos casos, mesmo de suas moradias muitos acabariam despojados.

Como se estivesse caído magnetizado nas profundezas da volúpia do recordar ou se imaginasse entregue a comunicar confidencialmente com um público do passado, nem de longe o mártir da Inconfidência dava a impressão de se dirigir a quem se encontrava a sua frente. Incomodado com aquela situação, cometi uma interferência que, escapando ao controle, soou contundente: “*O senhor me permite um aparte?*” Paralisando onde estava incompleta a sua gesticulação, olhos postos a encarar-me, surpresa a entidade acabava de se descobrir no presente. Parecendo que se esforçava para afastar o desconforto de se encontrar onde se encontrava, engoliu em seco, consumiu algum tempo antes de dizer: “Perfeitamente”. A luminosidade do seu corpo dava a impressão de ter atingido o máximo de intensidade. Deixando de prestar atenção naquela aparência gloriosa, avancei: “Quer saber sobre algo que me preocupa. Como se explica a excepcional prevalência do ouro, desde suas origens mantendo-se invariavelmente mais valorizado do que tudo?” O desconcerto do meu interlocutor foi completo. Eu também, de repente percebendo o despropósito da pergunta, acalorado me envergonhei.

O herói baixou os braços, assumiu uma postura que me pareceu de humana vulgaridade para em tom de intimidade declarar, não deixava de ser estranho ver a questão encarada daquela maneira. Não sendo filósofo, jamais se interessara por indagar sobre essências. No ouro somente o interessava a faculdade de produzir resultados. Ao ser descoberto o metal, a metrópole acreditou ter encontrado o paraíso. D. João V imaginou poder reproduzir na sua corte a megalomania a que se entregava na França Luiz XIV, o rei sol. A confiança era tanta, o futuro parecia-lhe tão ilimitado, que até a conveniência de se proteger contra o excesso de entusiasmo passou a ser entendida como perda de tempo. Com o nosso ouro, Portugal importava para seu povo a possibilidade de se consagrar à inatividade, o conforto de nada precisar produzir. Ficara cego até para perceber, no meio de tanta desatenção, era a decadência que

começava a passar para dentro das fronteiras do império. Compreendendo que na falta de juízo não estávamos obrigados a acompanhar a metrópole, começamos a pensar na possibilidade de construir em separado a vida por aqui. Protegeríamos da forma que fosse possível nossa riqueza. Faríamos com o ouro – em cima do ouro – a independência do país.

Durante os anos que pisei o solo do planeta, para todo lado que me virasse, em torno de mim o metal existindo. Concentradas na vigilância dos esconderijos de parede, na intransigente defesa de tesouros conseguidos a custo de fechar as portas a princípios de moral muito rígidos, as famílias supunham ter as costas protegidas. Os ladrões vocacionais, conscientes de que a desonestidade era seu instrumento nobre de trabalho, encontrando naquela fase crescente facilidade para estabelecer compadrio com agentes da cúpula administrativa lusitana, experimentavam momentos culminantes de glória. Chegavam a praticar furtos de dimensões inimagináveis. Vendo os lucros crescer além de seus sonhos, tinham como pagar o luxo de parecerem honestos. Com todos os direitos assegurados, andavam sempre muito orgulhosos por ter condição de cumprir seus deveres, tanto com relação ao exército de bateadores e demais serviços quanto com relação ao distante colonizador, respeitado na pessoa de seus representantes locais.

Àquela altura, nem eu tinha condições de compreender o que estava para acontecer, o que acabou acontecendo. Que não se alimentem ilusões, o ouro por ninguém se deixa dominar. Plantado em seu reduzido território mas impulsionado pela audácia de uma população viril Portugal, pretendendo ser do tamanho do mundo, depois de tantos anos tentando enganar a si e a todos, terminou reduzido ao que deveria ser. As famílias da nossa terra, acreditando haver conseguido conquistar a segurança do seu futuro e do futuro dos seus descendentes,

“Durante os anos que pisei o solo do planeta, para todo lado que me virasse, em torno de mim o metal existindo.”

enfrentaram a desilusão de não saber por onde escapulira a riqueza tão bem escondida, tão bem protegida no túmulo das paredes das casas. Os ricos, depois de atravessarem a fase da vacuidade da ostentação – da desdenhosa agressão, humilhando os que consideravam inferiores –, pelo bem ou pelo mal, terminando os seus dias como todos, às vezes pior do que muitos. Aprenderam a lição da desvantagem do envolvimento com grandes ilusões. Ser humano como qualquer outro, também eu não chegaria ao término da minha existência terrena sem compreender a relatividade da vida que acontecia numa colônia perdida do outro lado do Atlântico, descentrada com relação a uma metrópole poderosa. Alimentei sonhos que de mim foram arrancados com o laço da corda que garroteou meu pescoço. Que me deixou transformado em coisa nenhuma, corpo pendente na plataforma da forca, objeto móvel a provocar lágrimas, sentimento de piedade, pavor, revolta, gritos de desejo de vingança, de ódio, desafogo e triunfo de uma cúpula de além-mar, na verdade insegura com relação a seus limitados poderes. Pude compreender com clareza de que forma funciona o poder dominador dos homens.

Embora os que me admiram procurem esconder, como se fosse impatriótico não ser pobre, ao encerramento das minhas andanças pelo mundo já havia me tornado possuidor de consideráveis cabedais. Atentando para o fundo mais fundo da memória, chego a compreender o ânimo que desde os começos quase inexistentes movia minhas ações. Dominava-me um inconsciente desejo de recuperar a posição desfrutada pela família, antes da dispersão da decadência. Queria ser o que na verdade não sabia de fato o que fosse, o que teria sido quando a Fazenda do Pombal, longe de prever sua derrocada com a morte do meu pai, expandia boa normalidade de serviço. Dezenas de escravos aplicados na lida da casa, na movimentação das roças, na criação de gado, na exploração das reservas auríferas dispersas pela propriedade, com o proprietário figurando entre os que possuíam voz no comando político da região.

Dobrei a barreira da maioria livre da timidez que nunca tive. Pisando o mundo como alguém que de fato desejasse não se poupar da vontade de conquistar espaço. Em viagens com tropa de muares, comerciante por conta própria – às vezes força de trabalho aplicada na mineração em beirada de rio –, improvisava sempre autocontrole, procurando não passar por novato em coisa nenhuma, tentando fazer uso das novidades da fala e costume das pessoas que ia encontrando. Se no perambular pelo sertão pouco dinheiro me chegou, ao deparar com a sempre inesperada grandeza maior deste país, para meu regalo pude desbravar um contínuo suceder aprofundado de paisagens. Ganhava autonomia para por em circulação a prática de dentista, habilidade aprendida com o tio e padrinho que, na orfandade de pai e mãe sobre mim desabada mal completara sete anos, em sua casa me acolheu.

Atendendo a escravos e agregados de fazenda, recebia a

paga de um prato da cozinha do patrão. Ao chegar o primeiro convite para entrar na casa-grande, situação diversa se estabeleceria. Acerto à base de patacas, bóia servida em mesa com toalha, pratos de louça da China, talheres de alpaca, na companhia do senhor, da senhora, dos filhos. Às vezes, pernoite no quarto de hóspedes. Nervo exposto era extirpado aplicando ferro em brasa na cavidade anestesiada a poder de um macerado de cravo e canela. Para dente irrecuperável, extração pura e simples, sem qualquer ajuda que pudesse abrandar o sofrimento do paciente. O substituto fabricado com osso de animal iria ser arrojado e amarrado a poder de arame aos vizinhos de condições saudáveis. Para a fabricação de dentadura a partir do gesso, consumo de paciência concentrada em lapso de tempo mais estendido.

A convivência com primo frei José Mariano da Conceição Velloso, botânico que só não chegou a ser tão conhecido quanto eu porque sua fama ficou limitada ao círculo de intelectuais, trouxe-me o conhecimento da flora medicinal, o que ampliou minhas possibilidades de ganho e socorro à população necessitada. Muito procurado como médico prático, cheguei a curar em distantes povoados doentes desenganados até por doutores. No Rio de Janeiro, a eliminação de mal eruptivo na perna de filha de uma conhecida acabou passando à história, devido ao esconderijo que a família improvisou para mim – proteção fracassada, não resta dúvida –, quando precisei fugir da perseguição da soldadesca do vice-rei José Luis de Vasconcelos, consequência da traição praticada pelo meu compadre Silvério dos Reis.

Aos vinte e nove anos, impossibilitado de estabelecer-me na condição de profissional, por não possuir diploma, mais esparsas se tornaram as atividades exercidas por vocação. Houve oportunidade para engajar-me na vistosa carreira militar, no posto de alferes. Minha dedicação ao trabalho alimentou em vão a esperança de poder subir na carreira, mas por sorte, da maneira mais inesperada, acabei vendo se abrir para mim as portas de uma riqueza com a qual sequer poderia sonhar. O acontecido exige desdobramento e nele vou me deter. A autoridade que por diversas vezes me preteriu nas oportunidades de promoção, o governador Luis da Cunha Meneses, sabedor da minha desenvoltura no trabalho e dos meus conhecimentos da prática mineralógica, atribuiu-me missão de envergadura. Na condição de comandante do Destacamento do Caminho Novo, eu trabalharia na construção de uma variante pela mata até o Registro de Paraibuna, pesquisaria ocorrências de ouro e verificaria a conveniência da criação de novas cidades na região. Descobrimos oitenta e duas possibilidades de lavras do minério, no retorno a Vila Rica requeri o direito de explorá-las. Atendido pela metade, grande minerador pude me tornar. Em pouco tempo estava me apresentando na rua na condição de abastado, certo de que podia mais do que muitos chefes, muitos doutores formados em Coimbra. Infelizmente, privilégio em pouco tempo consumido. Da mesma forma que aconteceu com todos os envolvidos na atividade das minas o ouro, que com tanta diligência e presteza chegara às minhas mãos, com a mesma desenvoltura delas escapou, arrastando consigo verdadeiros latifúndios com gado e produção agrícola, casas e demais propriedades que ele próprio tornara possível adquirir. Com a família deserdada e considerada infame, sequer houve meios de se abrir um processo de sucessão. A mãe de minha filha teve a sorte de receber uma fazenda antes de me ver condenado pela

Inconfidência e meu sócio na mineração deu seu jeito para arrebatado para si não pequeno contingente das minhas posses. O que de fora ficou, através de sentença que não se satisfaz com o sacrifício da força, acabou sendo arrebatado para ir engrossar o muito que possuíam as arcas do reino.

* Um dos capítulos do livro, em que o personagem narrador se encontra com Tiradentes, em um dos encontros que teve com figuras da Inconfidência Mineira.

“O que de fora ficou,
através de sentença
que não se satisfaz
com o sacrifício da
força, acabou sendo
arrebatado para ir
engrossar o muito
que possuíam as
arcas do reino.
Não sendo filósofo,
jamais se interessara
por indagar sobre
essências.”

A mulher inspira, o poeta escreve

João Quintino Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

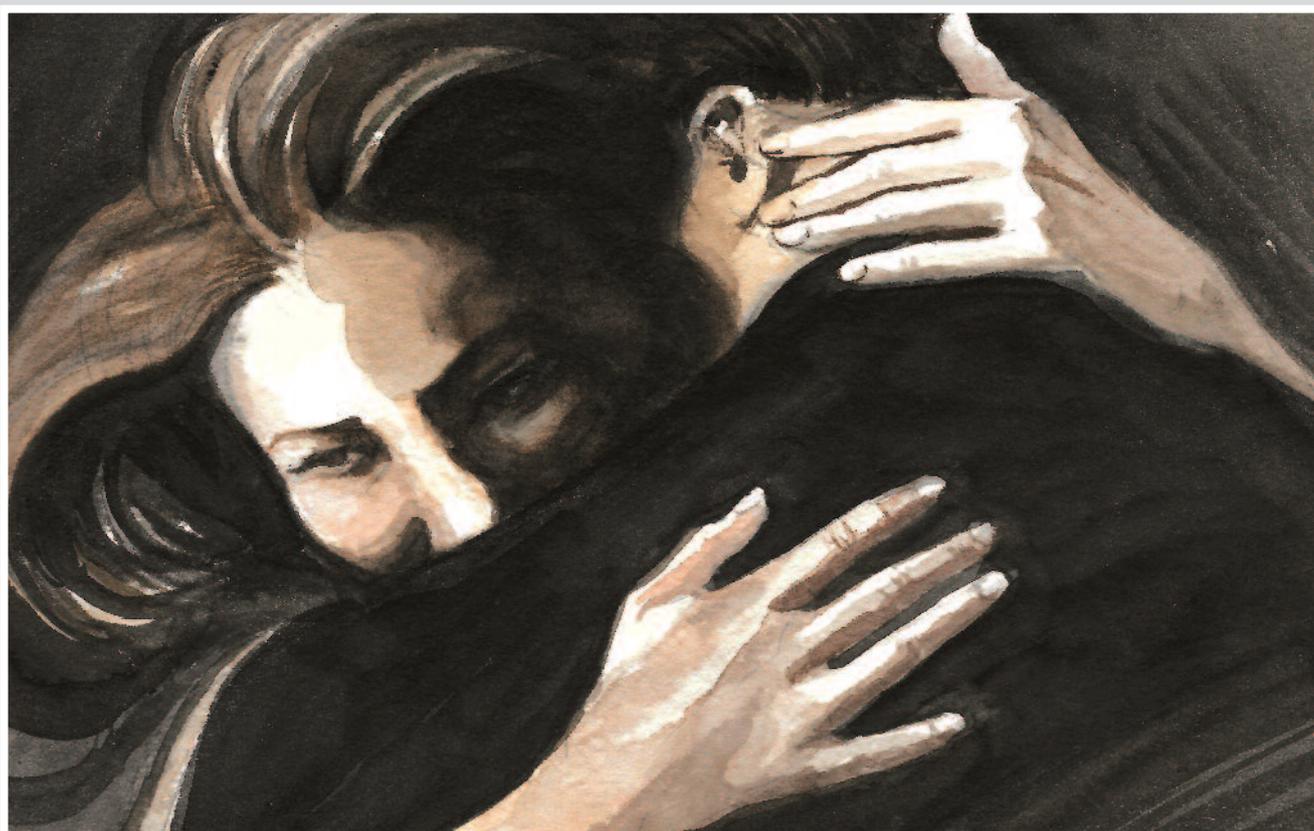
Inspiração. Um abraço
de mulher bonita, e pronto.
Eis cada verso que faço,
eis o poema que monto.

Das coisas boas da vida
a gente tem o que vier.
Mas a coisa preferida
é o amor de uma mulher.

Pelos campos onde piso,
sem ter mágoas no viver,
eu encontro o paraíso
nos braços de uma mulher.

Quer de lado, quer de borco,
espremido em seus regaços,
é gostoso ter um corpo
de mulher entre meus braços.

Oh! benditos Adão e Eva,
que descobriram o amor,
a emoção que nos enleva
dando à vida mais sabor!



Esta não é uma história de amor daquelas pelas moças tão queridas mas a história de um pobre-diabo de mãos calosas e tez ressequida.

Vamos embora pra São Paulo dizia Osvaldo com esperança me ofereceram trabalho quem sabe vem a bonança.

E assim, deixa a casinha caiada dos seus parentes herdada e a empresta ao caboclo Osório a quem deseja uma boa estada.

Assim parte Osvaldo oito filhos e a mulher rumo à nova vida seja o que Deus quiser.

Contudo, o nosso amigo não tem a melhor sorte passa fome, passa frio e fica à espera da morte. Osvaldo, com os ombros curvados, diz à mulher: vamos voltar temos fome, somos fracos Mucuri é o nosso lugar.

Voltam Osvaldo e a família Para a casinha caiada mas Osório se recusa a sair e finca o pé na terra emprestada.

Mesmo assim, Osvaldo, bondoso te arrumo um quarto para ficar lá instalo sua mulher e crianças enquanto não têm lugar para morar.

Mas Osório não se contenta mira um pedaço de pau e um dia, enquanto Osvaldo se ausenta, destrói a casa, mata as plantas com sal.

Quando Osvaldo retorna do campo vê a casa destruída sua mulher e seus filhos choram Osvaldo, Osório ameaçou sua vida!

Osvaldo baixa a cabeça a mágoa invade seu coração fiz tudo para ajudá-lo não esperava ingratidão.

Um dia vai Osvaldo ao trabalho com seu novo amigo, Nonato Osvaldo, eu lhe quero bem vi Osório espreitando no mato.

Dia a dia na lavoura Osvaldo obtém o sustento dá de comer às crianças volta à casa sonolento.

Eis que um dia no caminho Osório salta na estrada Osvaldo, te reduzo a pó! Era aquela a minha morada!

Nonato com razão se preocupa Osvaldo, abandona o trabalho! Labuta dentro da cidade! Não dê chance a esse paspalho!

E assim, Osvaldo ouve o conselho do amigo arruma um carrinho de doces pipocas e salgadinhos.

Logo o carrinho prospera com esforço do lavrador e com suor o bom Osvaldo dá aos filhos comida e amor.

Devagar amanhece o dia não obstante a densa neblina hoje é dia de quadrilha! E leva o carrinho à festa junina.

Mas Osvaldo não esperava a ausência de movimento nem uma pipoca vendida e nosso amigo em desalento.

Resolve estacionar o carrinho à noite em frente ao bar do Jacó tem dez bocas para alimentar aqui o movimento é melhor.

Hoje é dia de quadrilha

Christiane de Almeida Alvim
Juíza de Direito em Frutal

Vende salgadinho e cocada
obrigado, minha mãe Aparecida!
No entanto, aparece Osório
a quem Osvaldo mais teme na vida.

Seu canalha, seu João-ninguém!
Olha que te passo a navalha!
Que sua família morra de fome!
Retire-se daqui sem palavra!

E Osvaldo volta para casa
cabeça baixa, ressentido
aos prantos vê a arma do avô
volta para a festa, ouve-se o estampido.

O corpo cai no chão
não há vida nos olhos
rapidamente o sangue escorre
e esse é o fim de Osório.

Osvaldo se embrenha no mato
de espingarda na mão
Jesus, sou eu um assassino?
eu era apenas um pobre peão.

Então chega a polícia
nos punhos de Osvaldo se fecham as algemas
descem lágrimas de seus olhos
as mãos e as pernas trêmulas.

Ó minha Nossa Senhora
por favor, não maldiga meu nome
pratiquei o pior dos pecados
tirei a vida de um homem

Osvaldo vai a julgamento
Vossa Senhorita, Dona Menina
Deus há de perdoar
essa alma pequenina.

Vossa Senhorita, Dona Menina
o que lhe digo é verdade
perdi o sono, perdi meus filhos
só me resta a dignidade.

Vossa Senhorita, Dona Menina
fui movido pelo desespero
só pensei na mulher e nos pequenos
matei, pagarei por meus erros.

Uma lágrima verte
dos olhos da magistrada
ele diz a verdade
estará essa vida condenada?

E veio o que não se esperava
o veredito, a absolvição
a Magistrada, enternecida,
segura o réu pela mão.

Promete-me, pobre-diabo,
nunca mais pegar numa arma
existe maldade, perseguição
mas deixa limpa a tua alma.

E assim lá vai Osvaldo
perdoado por seu crime
cabeça erguida, enxada na mão
olhos brilhando e passos firmes.

[Baseada em julgamento
ocorrido no Tribunal do Júri
da Comarca de Carlos Chagas.]



Quixote

Fernando José Armando Ribeiro
Juiz do TjMMG

Cavaleiro andante
 Disperso pela estrada
 Quantos sonhos lúcidos
 Vêm-lhe a tráfegar

À razão hipócrita
 Declara guerra
 Por amor sincero
 Com versos de um louco
 Vaza a armadura
 E põe o peito a sangrar

Em seu caminho
 Vive a vida por inteiro
 O sonho de um errante cavaleiro
 É o seu destino e lugar

Das coisas simples
 Faz grandes
 As que se creem nobres
 Mostram-se singelas

Aos olhos encantados
 Do poeta-cavaleiro
 O mundo é sonho
 A realidade tangível,
 Distorção do olhar



FIB

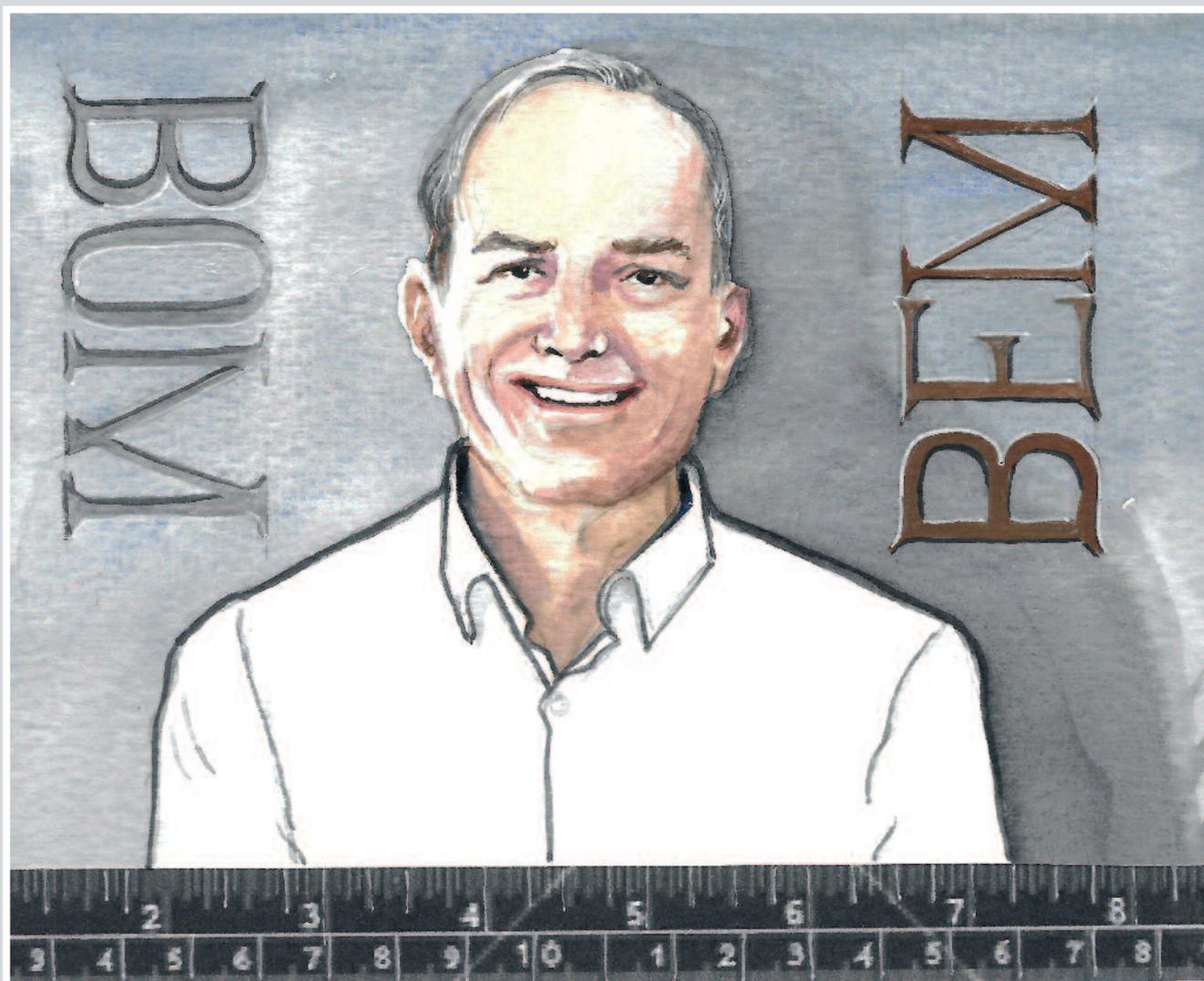
Amaury Silva

Juiz de Direito em Governador Valadares

A fita que mede o bom
 Não tem suficiência para medir o bem
 Eu rico, produzo, gasto, produzo, ganho
 Insatisfeito eu trabalho, crio mais
 Enriqueço a mim, a outrem
 Empobreço ao outro
 Fico pobre, ele rico, todos internamente brutos
 Em rotas contrárias, simétricas, dissimétricas
 Pujança pueril, alegria inventada
 Com divertimento incompleto
 Só o caminho da felicidade interna bruta
 Conduz ao contentamento
 Simples do estar bem
 Bem aqui, acolá, onde o cosmopolita
 Vive o pleno que a vida pode
 Doar, como uma exigência

Da inevitável humanização plural
 Para agregar à riqueza do produto econômico
 O exercício de atributos capitais
 Cabeça boa, corpo sano, tempo proveitoso
 Pensamento abrangente e ação local
 Conhecimento, capacidade de expressão
 Sustentabilidade agora e para sempre
 Crença na democracia e na participação popular
 Riqueza de segurança, segurança da riqueza
 Composição novenfoliada da árvore
 Que produz a sombra no mundo e diz
 A felicidade é pública

(Poema incluído no "*Livro dos folguedos*", da coleção "Prazeres poéticos", da Editora Chiado:
<https://www.chiadoeditora.com/livraria/livro-dos-folguedos>)





Saint-Exupéry e “O pequeno príncipe”

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TjMG

Eu era criança quando ganhei de minha saudosa mãe um disco long play com a história do “Pequeno Príncipe”, escrita pelo francês Antoine de Saint-Exupéry.

Encantei-me com o enredo do menino vindo de um pequeno e distante planeta ao encontro de um avião perdido no deserto, cuja aeronave estava avariada. Apreciava o desenho da capa do disco: o garoto, muito loiro, em seu pequenino planeta perdido entre milhares de estrelinhas do céu.

Alguns anos depois, no final da adolescência, li a obra traduzida por Dom Marcos Barbosa (1915-1997), monge beneditino e integrante da Academia Brasileira de Letras.

Embora eu gostasse do livro, temia afirmar isso em público. Era considerado pejorativamente como o “livro das misses”, porque as belas concorrentes ao posto de “mais bonita do Brasil” afirmavam o ter lido. Como se mulher – ainda por cima, bonita – não pudesse ser inteligente e culta.

Recentemente o reli, ao vasculhar a pequena biblioteca deixada por mamãe. Acredito que muitos depreciadores da obra sequer a leram. Se a leram, não entenderam com profundidade.

Um livro adulto

Dentre os livros de Saint-Exupéry, destaca-se *O Pequeno Príncipe*, publicado em 1943, ano anterior à sua morte. Ilustrada pelo próprio autor, foi sua obra de maior sucesso.

O narrador é um piloto cujo avião sofreu uma pane e aterrisou no Deserto de Saara. Certa manhã, foi acordado pelo Pequeno Príncipe, que lhe pede:

– *Desenha-me um carneiro?*

Desenrola-se, então, o relato das experiências do príncipezinho, que, como qualquer criança, faz indagações, aparentemente ingênuas, sobre coisas da vida.

No seu planeta, havia uma rosa vaidosa e orgulhosa.

Em suas andanças pelo espaço, conheceu personagens inusitados. Por exemplo, um rei pensava que todos eram seus súditos, apesar de não haver ninguém por perto. Um homem de negócios se dizia muito sério e ocupado, mas não tinha tempo para sonhar. Um bêbado bebia para esquecer a vergonha que sentia por beber. Um geógrafo se dizia sábio, mas não sabia nada da geografia do seu próprio país. Um acendedor de lampiões a quem não se concedia nenhum momento de lazer.

As narrativas revelam como – esquecidos da nossa infância – nos preocupamos com coisas inúteis e não temos apreço ao que merece ser valorizado.

Enfim, Saint-Exupéry mostra os adultos como pessoas incapazes de entender o sentido da vida, porque deixaram de ser as crianças que um dia foram.

Passagens do livro

Antoine de Saint-Exupéry escreveu na dedicatória ao amigo Léon Werth:

“Eu dedico esse livro à criança que essa pessoa grande já foi. Todas as pessoas grandes foram um dia crianças. (Mas poucas se lembram disso)”.

Há belas passagens ao longo do livro:

“É triste esquecer um amigo. Nem todo o mundo tem amigo. E eu corro o risco de ficar como as pessoas grandes, que só se interessam por números”.

“Eu conheço um planeta onde há um sujeito vermelho, quase roxo. Nunca cheirou uma flor. Nunca olhou uma estrela. Nunca amou ninguém. Nunca fez outra coisa senão somas. E o dia todo repete como tu: ‘Eu sou um homem sério! Eu sou um homem sério!’ e isso o faz inchar-se de orgulho. Mas ele não é um homem; é um cogumelo!”.

“(A rosa) não soube compreender coisa alguma! Devia tê-la julgado pelos atos, não pelas palavras. Ela me perfumava, me iluminava... Não devia jamais ter fugido. Deveria ter-lhe adivinhado a ternura sob os seus pobres ardis. São tão contraditórias as flores! Mas eu era jovem demais para saber amar”.

“É preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas. Dizem que são tão belas! Do contrário, quem virá visitar-me? Tu estarás longe...”.

“É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar, replicou o rei. A autoridade repousa sobre a razão. Se ordenares a teu povo que ele se lance ao mar, farão todos revolução. Eu tenho o direito de exigir obediência porque minhas ordens são razoáveis”.

“Tu julgarás a ti mesmo, respondeu-lhe o rei. É o mais difícil. É bem mais difícil julgar a si mesmo que julgar os outros. Se consegues julgar-te bem, eis um verdadeiro sábio”.

“Para os vaidosos, os outros homens são sempre admiradores”.

“O vaidoso não ouviu. Os vaidosos só ouvem os elogios”.

“As pessoas grandes são muito bizarras”.

“O que tanto me comove nesse príncipe adormecido é sua fidelidade a uma flor; é a imagem de uma rosa que brilha nele como a chama de uma lâmpada, mesmo quando dorme...”.

“Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma.”

“O que é importante, a gente não vê...”

“- Tu terás estrelas como ninguém...”

- Que queres dizer?

- Quando olhares o céu de noite, porque habitarei uma delas, porque numa delas estarei rindo, então será como se todas as estrelas te rissem! E tu terás estrelas que sabem rir!” (diálogo do Pequeno Príncipe com o avião).

O diálogo com a raposa:

- Eu procuro amigos (disse o príncipezinho). Que quer dizer “cativar”?

- É uma coisa muito esquecida, disse a raposa. Significa “criar laços”... (...) Se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo...

(...)

- A gente só conhece bem as coisas que cativou, disse a raposa. Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo prontinho nas lojas. Mas como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me!

(...)

- Adeus, disse ele...

- Adeus, disse a raposa. Eis o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos.

- O essencial é invisível para os olhos, repetiu o príncipezinho, a fim de se lembrar.

- Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fez tua rosa tão importante.

- Foi o tempo que eu perdi com a minha rosa... repetiu o príncipezinho, a fim de se lembrar.

- Os homens esqueceram essa verdade, disse a raposa. Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela rosa...”

Sobre o vendedor de pílulas para saciar a sede:

“Era um vendedor de pílulas aperfeiçoadas que aplacavam a sede. Toma-se uma por semana e não é mais preciso beber.

- Por que vendes isso? perguntou o príncipezinho.

- É uma grande economia de tempo, disse o vendedor. Os peritos calcularam. A gente ganha cinquenta e três minutos por semana.

- E que se faz, então, com os cinquenta e três minutos?

- O que a gente quiser...”

“Eu, pensou o príncipezinho, se tivesse cinquenta e três minutos para gastar, iria caminhando passo a passo, mãos no bolso, na direção de uma fonte...”

A análise do tradutor

Na edição do livro que pertenceu a minha mãe, encontrei acondicionados dois antigos recortes de jornais. O primeiro é um artigo de Dom Marcos Barbosa, *O Pequeno Príncipe e o E. T.*, de 1983:

Não se trata de um livro para criança, embora o autor possa dar a entendê-lo na dedicatória. Como é menos ainda um livro para misses... Uma criança não teria a experiência necessária para a mensagem mais profunda do livro. E as misses, que só poderiam habitar o asteroide do vaidoso igualmente fútil, jamais poderiam entender um livro tão sério. Sério não no sentido do homem de negócios, mas no sentido da raposa, símbolo não tanto da astúcia, mas da verdadeira sabedoria.

O próprio Saint-Exupéry nos dá a chave para entendermos por que lançou mão de semelhante recurso: escrever para os adultos como se escrevesse para criança. (...)

Se preferiu a linguagem da infância, foi porque teve ele próprio uma infância feliz. (...) Se fez amigos tão caros como Mermoz, desposou uma sul-americana encantadora e fútil, tão bem encarnada por ele em sua rosa, cujo convívio se tornou impossível e o levou a evadir-se pelos céus e pelos livros, em voos que chegaram tão alto. Uma amor feliz talvez o houvesse prendido mais à terra e a si próprio, para nossa perda...

Mas creio que podemos também dizer que Saint-Exupéry quis, como Jesus Cristo, falar-nos em parábolas. Talvez o melhor meio de, ao mesmo tempo, esconder e revelar o que se diz... Tenho defendido a tese, aliás, de que o Pequeno Príncipe, se representa o próprio autor e cada um de nós, representa, mais frequentemente, Jesus Cristo.

Tudo leva a criar que Saint-Exupéry, afastado da prática religiosa, estivesse de novo voltando à fé, pois dizia: ‘Se eu tivesse fé, me faria monge...’ (...) Se não houvesse conhecido o Evangelho e não vivesse em um país como a França, de profunda tradição cristã. Enquanto o E. T. dos americanos, nascido sob o signo da máquina e ensopado de tecnologia, é uma espécie de estranho robô e nada tem de um anjo ou de um Deus feito homem por amor,

o Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry aparece como o Menino Jesus, debaixo de uma estrela. E conta, ao homem que morria de sede no deserto, uma série de parábolas que são as visitas aos asteroides, e parte deste mundo por uma morte que não é morte, pois não lhe encontram o corpo no lugar em que tombara, tendo antes consolado o aviador com a afirmação de que estaria agora em todas as estrelas que ele fitasse...

O que há de maior no cristianismo é que Deus se faz homem, não apenas para comunicar-nos a sua divindade e nos tornar filhos de Deus, mas também para que nos tornemos mais humanos.

Pois o Pequeno Príncipe, como o Cristo, vem ensinar-nos que a felicidade não está no poder de que o velho rei sem súditos é o símbolo, nem está na evasão para o mundo artificial dos bêbados e drogados, nem está na tola vida das crônicas mundanas que encantariam o vaidoso, nem no dinheiro que escraviza o homem de negócios em vez de servi-lo, nem na ciência livresca do geógrafo que não se preocupa com o verdadeiro destino do homem, nem na execução de um regulamento que não permite ao acendedor de lâmpões, tão útil ele mesmo, um mínimo de lazer e contemplação, vítima da máquina e do egoísmo humano.

A mensagem do Pequeno Príncipe, como a do Cristo, é antes a da raposa. Só se vê bem com o coração. O essencial é criar laços. O importante não é uma pílula que nos poupe o tempo de tomar um copo d'água, mas caminhar de mãos no bolso em direção de uma fonte. Numa sociedade de eficiência, consumo, velocidade, é preciso saber perder tempo coma as rosas, com uma rosa, cativar as pessoas, pois: 'A gente só conhece bem as coisas que cativou, disse a raposa. Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo prontinho nas lojas. Mas, como não existem lojas de amigos, os homens não têm mais amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me!' (...)

Esta é a mensagem do Pequeno Príncipe para os homens de hoje, que se agitam nos rápidos iluminados em plena noite sem saber o que buscam, como comentava o guarda-chaves. É preciso aprendermos de novo a parar, a caminhar de mãos no bolso em direção à fonte, a perder tempo com as rosas.

Precisamos crer que a salvação virá não de uma civilização mais evoluída, cujos seres (por que tão feios?) baixassem a terra, mas sim de cada um de nós na medida em que formos capazes de ver as coisas com a seriedade das crianças, que enxergam além das aparências e buscam o mistério das coisas, em vez de resmungar apressadamente: 'É um chapéu!'.

O segundo recorte é de outro artigo do monge beneditino, sem referência ao jornal e data da edição, com o título *O Pequeno Príncipe*:

(O Pequeno Príncipe) também caminha voluntariamente ao encontro da morte, para que a serpente não tenha mais veneno, e a vida ressurja: 'eu parecerei morrer, e não será verdade!'.

“A mensagem do Pequeno Príncipe, como a do Cristo, é antes a da raposa. Só se vê bem com o coração. O essencial é criar laços. O importante não é uma pílula que nos poupe o tempo de tomar um copo d'água, mas caminhar de mãos no bolso em direção de uma fonte.”

Aliás, temos quase a impressão de estar lendo a visita das Santas Mulheres ao sepulcro na manhã de Páscoa, quando deparamos, no final do livro: 'Ao raiar do dia, não lhe encontrei o corpo.' E Saint-Exupéry parecia profetizar a sua própria morte, a 31 de julho de 1944.

Ele parte para um voo de reconhecimento. Ao voltar, vão pô-lo ao corrente do plano de desembarque dos americanos, que não querem correr o risco de vê-lo revelado aos inimigos por um piloto acaso aprisionado. Será o único modo de prender ao solo aquele soldado generoso que já não tinha porém condições físicas de voo. Saint-Exupéry não volta. Seu avião fora abatido sobre o Mediterrâneo. Como o do Cristo e o do Pequeno Príncipe, não foi encontrado o seu corpo...

Epílogo

Aparentemente pueril, *O Pequeno Príncipe* é um livro escrito para adultos.

Para lermos e refletirmos sobre a existência.

Meditaremos sobre nossa vida espiritual, cada vez mais esvaziada em um mundo que valoriza bens materiais.

Em um mundo no qual as pessoas, ligadas permanentemente ao espaço virtual por iphones, ipads e internet, não têm tempo de conviver.

Se pudermos apreender três grandes lições, ao menos, daremos um grande passo para melhorar o mundo em que vivemos:

Que só se vê bem com o coração, pois o essencial é invisível para os olhos.

Que precisamos gastar o tempo caminhando passo a passo, mãos no bolso, na direção de uma fonte.

Que nos tornamos eternamente responsáveis por aquilo que cativamos.

O "Senhor das Areias"

Antoine Jean-Baptiste Marie Roger Foscolombe, Conde de Saint-Exupéry, nasceu em Lyon, França, no dia 29 de junho de 1900. Era o terceiro filho do conde Jean Saint-Exupéry e da condessa Marie Foscolombe. Foi escritor, ilustrador e piloto de aviões.

Estudou no colégio jesuíta de Notre-Dame, em Mans, de 1909 a 1914. Em 1914, juntamente com seu irmão François, transferiu-se para o colégio dos Maristas, na Suíça, onde permaneceu até 1917.

Em abril de 1921, iniciou o serviço militar no 2º Regimento de Aviação de Estrasburgo, após reprovação nos exames para admissão da Escola Naval.

Era apaixonado por mecânica.

Em 17 de junho de 1921, obteve em Rabat, para onde fora enviado, o brevê de piloto civil. Em 1922, tornou-se piloto militar no posto de subtenente da reserva. Em 1926, recomendado pelo amigo Abade Sudour, foi admitido na Sociedade Latécoère de Aviação. Iniciou sua carreira como piloto de linha, voando entre Toulouse, Casablanca e Dacar.

Nessa época, quando chefiava o posto de Cabo Juby, no sul do Marrocos, recebeu dos mouros o apelido de "Senhor das Areias".

Lá permaneceu 18 meses e escreveu o romance "Courrier sud" ("Correio do Sul").

Negociou com tribos mouras a libertação de pilotos detidos após acidentes ou aterragens forçadas.

“Aparentemente pueril, *O Pequeno Príncipe* é um livro escrito para adultos.”

A última missão

Após passar longo período na América do Norte, Saint-Exupéry retornou à Europa.

Voou com as Forças Francesas Livres e com os Aliados, em um esquadrão do Mediterrâneo.

Aos 43 anos de idade, era mais velho do que a maioria dos homens designados para missões de guerra. Sentia dores por causa das muitas fraturas sofridas no passado. Foi escalado para pilotar aviões P-38 Lightning.

A última missão de Saint-Exupéry seria recolher informações sobre a movimentação de tropas alemãs no Vale do Ródano, antes da invasão aliada no sul da França.

Em 31 de julho de 1944, partiu de uma base aérea na Córsega e não retornou.

O alemão Horst Rippert assumiu a autoria dos tiros responsáveis pela queda do avião pilotado pelo escritor e lamentou sua morte.

Em 2004, os destroços do avião abatido foram encontrados a poucos quilômetros da costa de Marselha. O corpo de Saint-Exupéry jamais foi resgatado.

Obras de Saint-Exupéry

Saint-Exupéry escreveu muito sobre aviação e guerra. Redigiu vários artigos para revistas e jornais da França e de outros países. Publicou os seguintes livros: *L'Aviateur (O aviador)* - 1926; *Courrier sud (Correio do Sul)* - 1929; *Vol de nuit (Voo Noturno)* - 1931; *Terre des hommes (Terra dos Homens)* - 1939; *Pilote de guerre (Piloto de Guerra)* - 1942; *Le Petit Prince (O Pequeno Príncipe)* - 1943; *Lettre à un otage (Carta a um refém)* - 1943/1944; *Citadelle (Cidadela)* — obra póstuma, 1948.

Referências bibliográficas

- *Antoine de Saint-Exupéry*, disponível em <http://www.famousauthors.org/antoine-de-saint-exupery>, acesso em 20.12.2015.
- BARBOSA, Dom Marcos. *O Pequeno Príncipe e o E. T.*, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, edição de 25.02.1983, Caderno B.
- *Enciclopédia Barsa*. Rio de Janeiro, São Paulo: Encyclopaedia Britannica Editores Ltda., vol. 12, 1969, p. 257.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, trad. Dom Marcos Barbosa, 1962.

“Saint-Exupéry
escreveu muito sobre
aviação e guerra.
Redigiu vários
artigos para revistas
e jornais da França e
de outros países.”



O escritor que achava a Literatura mais importante do que a vida

Gutemberg da Mota e Silva

Desembargador do TJMG, aposentado

Pelo que nos tira e também nos dá, “a literatura, com o passar dos anos, torna-se para nós mais importante do que a vida”, declarou, numa das entrevistas republicadas em *Evangelho na taba* (1979), o romancista, contista, dramaturgo e ensaísta pernambucano Osman Lins (1924-1978), contando que certa vez sofreu desastre de automóvel, “rachando a cabeça na calçada”, e, ao voltar a si, no hospital, ao invés de perguntar ao médico se se salvaria, indagou se ainda poderia escrever. Em outra ocasião, num avião em pane, sobrevoando São Paulo, teve medo de morrer, mas, quando viu lá embaixo o movimento dos bombeiros, sentiu uma alegria absurda, a de pensar que tinha no escritório, embora incompleta, parte do romance que vinha na bagagem e, por isso, as chamas não destruiriam tudo o que já escrevera.

Organizadora de *Evangelho na taba*, sua segunda esposa, falecida em 1997, Julieta de Godoy Ladeira, escritora, publicitária, autora de ensaios, livros de contos e juvenis e de *La Paz existe?*, em coautoria com Osman, lembra no prefácio que o autor de *Guerra sem testemunhas* (1969) dizia que “a vida do escritor era uma guerra em muitas frentes”, como questões que afetam a qualidade de vida nas cidades e “o embotamento cultural instituído pelo sistema e encampado pelo ensino universitário”.

Acrescenta que ele trilhou caminhos não comuns, vivendo com profundidade e exaltação sua aventura literária, acreditando em si mesmo e acima e além de tudo na palavra e no seu semelhante, oferecendo-lhe “toda a sua capacidade criativa, a maioria de suas horas, a força da arte que julgava mais importante que a vida”.

Jamais viu sequer o retrato da mãe

Notabilizado, sobretudo, por *Avalovara* e por outros romances e livros de contos que lhe valeram prêmios e traduções (França, Alemanha, Bélgica, Suíça), Osman da Costa Lins nasceu em 5 de julho de 1924, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, antes Cidade do Braga e, sucessivamente, Santo Antão e Vitória. A cidade ostentava duas glórias, disse - “a de ser teatro, em 1645, da primeira vitória contra os holandeses – dando início à Restauração Pernambucana – e o lugar do Brasil que mais produz cachaça”.

Filho único do alfaiate Teófanês da Costa Lins e de Maria da Paz de Mello Lins, falecida, aos 18 anos, de complicações do parto, 16 dias depois, o órfão nunca viu sequer um retrato da

mãe. Pensando no personagem principal de *Avalovara*, Abel, que “passa a vida toda procurando”, um entrevistador afirmou que Osman passara 30 anos “procurando uma fotografia da mãe, que não chegou a conhecer. Quando, finalmente, uma tia escreveu dizendo que estava com a fotografia em casa” e Osman foi apanhá-la, a foto “já tinha sido devolvida à dona. E quando Osman chegou à casa da dona, ela tinha morrido, e todas as fotografias haviam sido distribuídas entre os parentes. Foi uma procura inútil: a fotografia nunca mais apareceu.”

Assim, “fiquei com essa espécie de claro atrás de mim. Dizem que ela se parecia com uma de minhas filhas, não sei. Mas esse negócio acho que me marcou bastante. Já tive oportunidade de dizer que isso configura a minha vida de escritor, pois parece que o trabalho do escritor, metaforicamente, seria construir com a imaginação um rosto que não existe. Isso talvez tenha me conduzido a suprir de algum modo, através da imaginação, essa ausência”.

As palavras e um cão, os “primeiros irmãos”

A obsessão pela busca o perseguiu e entrou nos seus livros. “Primeiro, Abel busca uma coisa sem saber direito o que é; depois, procura uma cidade, e no fim, o nome dessa cidade. (...) Procuo uma perspectiva, numa realidade totalmente sem perspectivas. Busco uma saída, e me sinto só”.

Viveu a infância praticamente sozinho, “sem riqueza e sem irmãos”, pois o pai demorou a se casar de novo e, quando o fez, perdeu os dois primeiros irmãos. Quando nasceu a primeira irmã que se criou, já tinha 10 anos. Assim, ela só pôde lhe falar quando ele já tinha uns 15. Por isso, aprendeu cedo “a viver para dentro e a inventar fantasmas”: fez um poema aos oito e, aos 15, já tentava escrever.

Passava muito tempo “lendo qualquer coisa: quase posso dizer que as palavras (e um cão que, por sinal, chamava-se Veludo) me serviram de irmãos. Os irmãos verdadeiros apareceram tarde”. Em *Osman Lins – Uma biografia literária*, de Regina Igel, há uma foto dele, aos três anos, ao lado de Veludo, ambos em pé numa cadeira.

Duas “mães”: a avó e a tia

O órfão ficou aos cuidados da avó paterna, Joana Carolina (Mãe Noca), e de uma tia do lado materno, Laura (Mãe),

“Eu queria deixar
minha casa, minha
avó e seus cuidados.
Estava farto de
chegar a horas certas,
de ouvir reclamações;
de ser vigiado,
contemplado,
querido. Sim,
também a afeição
de minha avó
incomodava.”

mulheres “que o marcariam por toda a vida, por suas qualidades de amor, dedicação e carinho materno”, observa Regina, aduzindo que “estes traços seriam transferidos, conscientemente e confesadamente, à sua ficção”, pelo menos em duas oportunidades: no relevo pessoal de Teresa, do romance *O fiel e a pedra* [1961], e na protagonista de *Retábulo de Santa Joana Carolina*, uma das narrativas de Nove, novena [1966], “que seria uma espécie de canonização temporária de sua avó”.

A biógrafa nota que “a bondade e o espírito destas duas mulheres quase não conheceram limites: Joana Carolina, especialmente, marcou a sensibilidade do então adolescente Osman, ao vender uma correntinha de ouro, objeto pessoal e querido, para que ele pudesse arcar com as primeiras despesas de seu ingresso no ginásio”. E que duas presenças masculinas o marcaram: Antônio Figueiredo, marido da tia Laura, e o professor José de Aragão Bezerra Cavalcanti, seu mentor desde o primário. As histórias e experiências que Antônio viveu no sertão e lhe contava incutiram no menino o gosto pela narração.

Viúvo há cinco anos, Teófanos se casou com Eulália, de pouco mais de 15 anos, tendo o casal quatro filhos: Lourdes, Humberto, Homero e Luciane. Pela diferença de idade, Osman pouco conviveu com os meio-irmãos, embora passasse com facilidade de uma casa para outra e, às vezes, a tia Laura e o marido se mudassem para a casa de Mãe Noca, “e aí as duas faziam-se ‘mães’ do mesmo ‘filho’”, diz Regina. Já Litânia, primeira das três filhas de Osman (depois viriam Letícia e Ângela), afirmou que Eulália foi verdadeira mãe para seu pai e lhe deu o primeiro presente de sua vida, aos cinco anos (Vital ao sol).

Vitória não tinha biblioteca pública ou particular. Suas leituras foram parcas, nelas incluídos “alguns romances eróticos, a que poucos ginasianos são indiferentes”, comenta Regina. Ironicamente, ele disse numa entrevista que os livros que surgiram no momento exato foram os de “educação sexual”, que o “faziam sonhar constantemente com noites de núpcias escandalosas e bacanais em conventos”.

Na partida, a toalha dos aniversários

Concluiu curso de datilografia aos 12 anos e o ginasial, em 1940, com 16 anos. A cidade pequena nada mais tinha a lhe oferecer. Iria para a capital. Começou a preparar o espírito de Mãe Noca para a difícil despedida. Seus últimos momentos em Vitória descreveu-os com forte emoção em *A partida*, conto de *Os gestos* (1957).

Naquela madrugada nem dormiu direito. Ansiava se libertar de tanto amor da avó. Taciturna, andava pela casa, desdobrava-se para atendê-lo. “Eu queria deixar minha casa, minha avó e seus cuidados. Estava farto de chegar a horas certas, de ouvir reclamações; de ser vigiado, contemplado, querido. Sim, também a afeição de minha avó incomodava. Era quase palpável, como um objeto, uma túnica, um paletó justo que eu não pudesse despir. Ela vivia a comprar-me remédios, a censurar minha falta de modos, a olhar-me, a repetir-me conselhos que eu já sabia de cor. Era boa demais, intoleravelmente boa e amorosa e justa”. Mãe Noca foi a seu quarto, cobriu-o e se afastou, abafando os soluços. Litânia relata que, “quando íamos passar o fim de semana no sítio da nossa bisavó, lembro que ela não dormia enquanto não entrasse no quarto, para cobri-lo com o lençol...”

O narrador de *A partida* continua: “*Ralhava comigo por não tê-la despertado antes, acusava-se de ter dormido muito. Tentava sorrir. Não sei por que motivo, retardei ainda a partida. Andei pela casa, cabisbaixo, à procura de objetos imaginários, enquanto ela me seguia, abrigada em sua coberta. Eu sabia que desejava beijar-me, prender-se a mim e, à simples ideia desses gestos, estremeci. Como seria se, na hora do adeus, ela chorasse? Enfim, beijei sua mão, bati de leve na cabeça. Creio mesmo que lhe surpreendi um gesto de aproximação, decerto na esperança de um abraço final. Esquivei-me, apanhei a maleta e, ao fazê-lo, lancei um rápido olhar para a mesa (cuidadosamente posta para dois, com a humilde louça dos grandes dias e a velha toalha branca, bordada, que só se usava nos nossos aniversários).*”

Levava na maleta dois contos, *Menino mau* e *Fantasma*, “*junto com o primeiro pincel de barba e um ovo artificial para cerzir as meias quando se rasgassem*”. Foi este, certamente, um dos últimos cuidados da avó na comovente despedida. Na capital, foi acolhido pelo tio Álvaro da Costa Lins, que trabalhava no Ginásio de Recife e o tornou escriturário da escola, além de apresentá-lo a intelectuais que o ajudariam a publicar os contos.

A mocinha se despiu e se entregou

Morava em quartos alugados em pensões, uma delas a “*Pensão Nordeste*”, e nelas conheceu pessoas e viveu situações depois aproveitadas em sua ficção. Em *Um ponto no círculo, de Nove, novena*, descreve relação sexual de um hóspede com uma mulher que apareceu no seu quarto sem nada dizer; tampouco ele falou.

Lauro de Oliveira, colega dele no Banco do Brasil em Recife e seu correspondente depois que o escritor se mudou para São Paulo, conta, no artigo Osman Lins: ética na vida e na ficção, que um episódio, “*relatado pelo próprio Osman, forneceu-lhe o começo de sua notável narrativa*”: quando solteiro, “*morador de uma pensão, recebeu em seu quarto a filha de sua lavadeira, cuja mãe lhe dera a incumbência de levar-lhe a roupa lavada e engomada. Desincumbida da tarefa, a mocinha, sem uma palavra, despiu-se e se entregou a Osman*.” (*Osman Lins - O sopro na argila*, 2004, obra coletiva coordenada pelo romancista mineiro Hugo Almeida, doutor pela Universidade de São Paulo com tese sobre ele).

Bancário só por obrigação

Aprovado em concurso do BB, Osman lembra o ingresso na sua atividade de quase três décadas como bancário: “*Meu pai assinara o termo de posse, devido à idade que eu tinha [19 anos], e disse que ia guardar para sempre a caneta, como lembrança. Acreditava que aquilo era a culminação de minha vida*.” Lauro afirma que Osman não sabia que entrar na burocracia lhe traria tantos sabores. “*A literatura era a sua prioridade. Tanto isso é verdade que jamais permitiu que suas atividades bancárias excedessem o estritamente essencial: trabalhava seis horas por dia e jamais aceitou prorrogar (...) mais duas horas e agregar ao salário quantia significativa*”, embora casado e com filhas.

Por essa época (1943), houve um hiato em suas preocupações literárias. Um amigo comentou que ele “*só escrevia quando não era estável na vida*”. O comentário o afetou, observa Regina, pois Osman escrevia “*porque tinha a inquietude do*

“A literatura era a sua prioridade. Tanto isso é verdade que jamais permitiu que suas atividades bancárias excedessem o estritamente essencial.”

“Com o romance inédito *O visitante*, publicado em 1955, ganhou o Prêmio Fábrio Prado, em São Paulo, e os prêmios da Academia Pernambucana de Letras e da Academia Brasileira de Letras, projetando-se nacionalmente.”

artista, a qual o marcaria, assim como a sua obra, para o resto da vida”. Em 1945, Osman iniciou um romance, *Noite profunda*; em 1946, formou-se em Finanças na Faculdade de Ciências Econômicas de Recife; em 1947, casou-se com uma prima, Maria do Carmo (Mariinha); em 1948, nasceu Litânia. Reescreveu o romance, mandou-o em 1949 a concurso literário em São Paulo. Desclassificado, não o publicou.

Romance premiado três vezes

Em 1954, com o romance inédito *O visitante*, publicado em 1955, ganhou o Prêmio Fábrio Prado, em São Paulo, e os prêmios da Academia Pernambucana de Letras e da Academia Brasileira de Letras, projetando-se nacionalmente. Com *Os gestos* ganhou o Prêmio Monteiro Lobato de 1957, também recebido por Ricardo Ramos, filho de Graciliano Ramos. Colaborou na *Rádio Jornal do Commercio*, de Recife, adaptando peças como *Hamlet* e *Édipo Rei* e escrevendo crônicas diárias. Escreveu também no *Jornal do Commercio* e no *Diário de Pernambuco*.

A procissão silenciosa do passado

Aos 31 anos, já sentia saudade da terra natal, como diz na palestra *Palavras à juventude*, em 3 de agosto de 1955, em Vitória de Santo Antão, publicada como *Quero falar de sonhos*, no livro *Quero falar de sonhos* (2014), organizado por Hugo Almeida e Rosângela Felício dos Santos, esta mestra da USP com dissertação sobre Osman.

Confessa que “*houve uma época em que fugir destas ruas tão nossas conhecidas era uma necessidade de minha adolescência (...) foi com alívio que parti. (...) Até certa idade (...) a criatura se liberta dos anos, como quem se desfaz dos compromissos desagradáveis. Há uma busca ansiosa do amanhã, pelo que desprezamos o ontem e mal percebemos o hoje. Somos passageiros inquietos, com os olhos tão fixos num indistinto ponto de chegada, que nos deslembramos de contemplar a paisagem a nosso lado. (...) Mas vem um dia... Vem um dia em que as faces, os adeuses, as ruas, os risos, e as palavras que mal havíamos percebido, tudo isso começa a voltar, numa procissão silenciosa. Sentimos que se abrem portas em nós e que esses visitantes tranquilos vão chegando, e nos sentimos enriquecer pelo retorno de tantas imagens preciosas que havíamos abandonado.*”

Antes disso, em 1954, manifestara o desejo de tentar uma biografia da rua onde passara a infância, da galeria de tipos que habitavam aquelas casas já demolidas. “De vez em quando eles me surgem, sós e em grupos, com uma nitidez enorme. Aliás, tenho sentido, de certo tempo para cá, uma espécie de volta não só às paisagens da minha infância e adolescência, como a certos fatos a elas vinculados.”

Família foi inspiração

Vários personagens de *O fiel e a pedra* (1961) foram inspirados em familiares de Osman, como o casal Teresa (a tia Laura) e Bernardo (o marido, Antônio), e o menino Ascânio, que era órfão de mãe, como o autor. E o engenho Surrão, o cenário rural do romance, foi provavelmente inspirado no sítio da avó em que Osman viveu ao perder a mãe. Prefaciando-o, Massaud

Moisés afirma que *“um halo poético envolve tudo, seres e paisagens”,* é uma *“obra-prima”,* um *“romance-poema, tal a pulsação comovida e o intenso lirismo que permeia o enredo, qualquer das suas páginas ressuma de poesia”.*

O engenho, de fogo-morto, é retratado poeticamente no romance, como nesta passagem: *“... Teresa se sentara à porta da cozinha. (...) Por mais que vivesse (...) sempre haveria de lembrar aquela encosta, mutável segundo as horas do dia e as épocas do ano, enevoada e triste nas manhãs de inverno, brilhante após a chuva, radiosa quando o sol nascia e tão bela nas tardes claras, quando as sombras dos eucaliptos desciam lentamente a colina, primeiro o móvel tecido da folhagem, depois as linhas paralelas dos troncos, traçando aquelas alternâncias, linhas de sombra e faixas de luz, um gradeado mágico onde seria doce caminhar e que desaparecia com o sol posto.”*

Estreia no teatro e bolsa na França

A partir de 1956, publicou *“Crônicas do Recife”* no Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*. Concluiu em 1960 curso de dramaturgia na Escola de Belas Artes de Recife e em 1961 estreou como autor no teatro profissional com a peça *Lisbela* e o prisioneiro (1964), encenada no Rio pela Companhia Tônia-Celi-Autran. *Lisbela* virou filme e, também, série de televisão. Osman escreveu outras peças, como *Guerra do “Cansa-Cavalo”* (1967) e *Santa, Automóvel e Soldado* (1975), três peças em um ato.

Com bolsa de estudos da Aliança Francesa, viajou para a França em 1961, passando em Paris dois semestres acadêmicos, e, depois, visitou outros países europeus, extraindo material para *Marinheiro* de primeira viagem (1963).

A literatura vence o casamento

Com 37 anos, observa Regina Igel, Osman já tinha alcançado *“um estágio bastante satisfatório na sua vida literária. O mesmo, infelizmente, não se poderia dizer de sua vida pessoal. Já se faziam sentir os primeiros choques entre ele e a esposa, seja pela nova cor e ritmo que sua vida ia adquirindo, seja por outros motivos”.*

Saturado o ambiente da província, em janeiro de 1962 se transferiu para São Paulo. A família chegou dias depois. Continuou no BB e escrevendo e se tornou doutor em Letras pela USP, com tese sobre o escritor Lima Barreto, com quem se identificava pela combatividade e insubmissão ao Estado, aos poderosos. Lecionou Literatura na Faculdade de Letras de Marília desde 1970, renunciando em 1976 depois de denunciar o falho modelo de ensino superior do país, atraindo a antipatia dos colegas.

A relação conjugal continuava a se deteriorar, havendo um *“distanciamento progressivo”* do casal, diz Regina: *“Pouco tempo depois de se instalarem na Aclimação, Osman e Dona Maria do Carmo chegaram à conclusão de que seu casamento não conseguia adaptar-se ao estilo de vida que começava a envolvê-lo...”* Mulher e filhas retornaram a Recife.

O olhar que varava as pessoas

Osman conheceu Julieta em São Paulo, apresentada por Ricardo Ramos. Este lhe dissera que uma amiga e colega publicitária lia *O fiel e a pedra* e gostaria de discutir com ele aspectos

“A impressão que tive, ao olhar para ele, ficou em mim por toda a vida. Seu olhar varava as pessoas. Possuía olhos azuis que atravessavam, um olhar muito profundo.”

“Ela se perguntou se o ato de criar o conto não teria sido, na vida de Osman, na sua obra, “o acontecimento premonitório da própria morte.”

da obra. Em *O desafio de criar*, Julieta recorda: “A impressão que tive, ao olhar para ele, ficou em mim por toda a vida. Seu olhar varava as pessoas. Possuía olhos azuis que atravessavam, um olhar muito profundo. Olhou para mim de um jeito que me impressionou, dele parecia vir uma espécie de luz diferente, estranhíssima. [...] Osman Lins voltou para Pernambuco. Mudou-se, mais tarde, para São Paulo. Foi, então, que nos apaixonamos, nos casando em [8 de outubro de] 1964.”

Osman confirmou que “foi por intermédio da literatura – através dos meus livros e também dos seus – que eu viria a conhecer uma certa criatura sensível, discreta e corajosa, a quem mais tarde viria a ligar-me e que, desde então, comparte comigo, entre alegrias e raivas, a aventura de viver.” E que Julieta, a quem dedicou *Avalovara*, “exerce há anos uma influência das mais benéficas nos meus livros. Discuto com ela quase todos os meus problemas de criação. A rigor, é coautora de todos os meus últimos livros.”

O fim da solidão

O 10 de setembro de 1970 “foi um dia importante” para ele, diz na crônica *Registro*. Lotado na biblioteca do banco, chegou “um pouco atrasado, como sempre”. Chamou a atenção dos colegas dando “voltas no ar com a caneta” e perguntando “se não desejavam assistir a um homem assinar o ponto pela última vez. Quase todos, rindo, levantaram-se e cercaram-me enquanto eu assinava. Em vez de assinar Osman Lins, como sempre faço, assinei Osman da Costa Fim. Fim em lugar de Lins. Todos bateram palmas e abraçaram-me. Rindo com eles, dei um beijo na caneta.” (Quero falar de sonhos).

Saindo, perambulou pelo Edifício Martinelli, pois escrevia *Avalovara*, ali passado em parte: “Vi e observei de perto a decadência do prédio e não pude deixar de pensar que o interior de um bancário se parece um pouco ao interior do Martinelli: embolorado, sem sol e em ruínas”. O edifício era “símbolo de uma organização potente e gigantesca – que, em mais de 27 anos, não conseguira absorver-me ou esmagar-me entre seus dentes”. Perto de casa, comprou “uma garrafinha de vinho para tomá-lo no jantar à noite, com J., comemorando o fim da minha solidão”.

Um conto premonitório

Seus problemas de saúde começaram no final de 1977, conta Julieta. Irritava-o deixar de escrever, pela manhã, para ir a médico ou fazer exames. Apesar da doença (adaptara uma mesa que o alcançava na cama), nos seus dois últimos anos escreveu a maioria dos artigos depois reunidos em *Do ideal e da glória* (1977) e *Evangelho na taba* e dois casos especiais para a televisão (*Quem era Shirley Temple?* e *Marcha fúnebre*). Recebia ameaças anônimas, por suas críticas corajosas, mas não lhes dava importância.

O casal passou uma Semana Santa em Guarapari, ES, afamada pelas propriedades terapêuticas atribuídas à areia monazítica de suas praias, procuradas por enfermos para “banhos de lama”. Chamou a atenção de Osman um estrangeiro que quase sempre estava só no hotel. Interrompeu a escritura de um romance, *Cabeça levada em triunfo*, já com 136 páginas, para escrever o conto *Domingo de Páscoa*, com aquele cenário. Os personagens principais são uma mulher inválida e seu cuidador. Um homem solitário morre na piscina, tingindo de sangue a água, sem ficar claro se assassinado por jovens que ali faziam algazarra, ou se se suicidara. O conto termina num clima

de terror, com uma voz soturna da mulher que *“parecia vir do fundo musgoso”* de um pântano: *“Agora é a sua vez.”*

Foi o último texto, completo, escrito por Osman, informa Julieta ao prefaciá-lo, afirmando que a ambientação se inspirara naquela estadia na praia, tendo ele se impressionado com a solidão do homem. Ela se perguntou se o ato de criar o conto não teria sido, na vida de Osman, na sua obra, *“o acontecimento premonitório da própria morte.”*

Queria viver mais 10 anos

No final de maio de 1978, mesmo tendo feito duas cirurgias sérias, Osman foi a Natal, para a 1ª. Semana de Cultura Nordestina, lá discutindo com ênfase questões polêmicas. Segundo Julieta, voltava ao hotel cansado, comia no quarto mesmo e recusava convites para jantares, menos o de um almoço simples na casa de Zila Mamede, poetisa local.

Depois, descansou na rede da varanda. *“Perto havia árvores, uma brisa agradável. Comentávamos ainda o seminário. Então ele disse, olhando longe, olhando para aquela paisagem do nordeste: ‘Há tanto o que fazer, mas tanto, pela cultura desse país.’ E mais baixo, como para si mesmo: ‘Eu preciso de mais dez anos, pelo menos.’”* (O desafio de criar). Faleceria em pouco mais de um mês, três meses depois de publicar o premonitório conto, deixando inacabado o romance. [No mesmo ano, Zila Mamede dedicou (também) a Osman Lins seu livro *Navegos*, do qual consta um soneto de 1958, *Partida*, cujos versos – sobre o partir, a fuga no mar – são como que uma antevisão de seu trágico destino: morreu afogada numa praia de Natal na sexta-feira, 13 de dezembro de 1985].

O mistério final

Em janeiro de 1978, detectou-se um tumor maligno sob seu braço esquerdo, com metástase (melanoma). Foi operado, mas a doença atingiu o fígado, sendo internado em 22 de junho no Hospital Alberto Einstein, SP. Ali, Julieta punha música em surdina e lia para ele. Com o olhar, indicou-lhe *Retábulo de Santa Joana Carolina*, com 12 capítulos (os “mistérios”), considerado sua mais bela narrativa. Baseado na avó, conta a vida de uma mulher pobre no sertão nordestino. Leu-o. Ao chegar ao “mistério final” – o da morte e enterro de Joana – ele disse *“esse, não. Como se não fosse necessário ouvi-lo, ou entendendo que não suportaríamos.”*

Uns trechos: *“... Vamos conduzindo Joana para o cemitério, nós, os ninguéns da cidade, que sempre a ignoraram os outros, gente do dinheiro e do poder. Joana, com seu melhor vestido (...), os sapatos antigos, mas ainda novos (...), as meias frouxas nas pernas, o rosário com que rezou a vida inteira pelos que amou e pelos que a perseguiam. Ruas e telhados, muros, cruzeiros, árvores, cercas de avelós, barro vermelho. O mundo que foi seu e para o qual voltamos, de onde dentre nós alguns jamais saíram, terra onde comemos, fornicamos, praguejamos, suamos, somos destruídos (...). Viveu seus anos com mansidão e justiça, humildade e firmeza, amor e comisseração. Morreu com mínimos bens e reduzidos amigos. (...) Nunca o mal sofrido gerou em sua alma outras maldades. Morreu no fim do inverno. Nascerá outra igual na próxima estação?”*

“O mundo que foi seu e para o qual voltamos, de onde dentre nós alguns jamais saíram, terra onde comemos, fornicamos, praguejamos, suamos, somos destruídos (...).”

O palíndromo, o quadrado, a espiral e os símbolos

A obra ficcional de Osman Lins tem duas fases distintas. A primeira, na linha tradicional, compreende *O visitante*, *Os gestos* e *O fiel e a pedra*; a segunda, de avançada técnica, *Nove, novena*, *Avalovara* e *A rainha dos cárceres da Grécia*, romance-ensaio (1969). Nesta, a narrativa não é linear ou cronológica, dilui-se entre os personagens, às vezes indicados por símbolos - geométricos ou inventados. Em *Um ponto no círculo*, um quadrado indica a mulher; um triângulo invertido, o homem. Uma das três mulheres de Abel, em *Avalovara*, não tem nome. É um círculo com um ponto no centro e duas abas laterais. Cidades ou palavras às vezes formam personagens; uma cidade voa e pousa num canal.

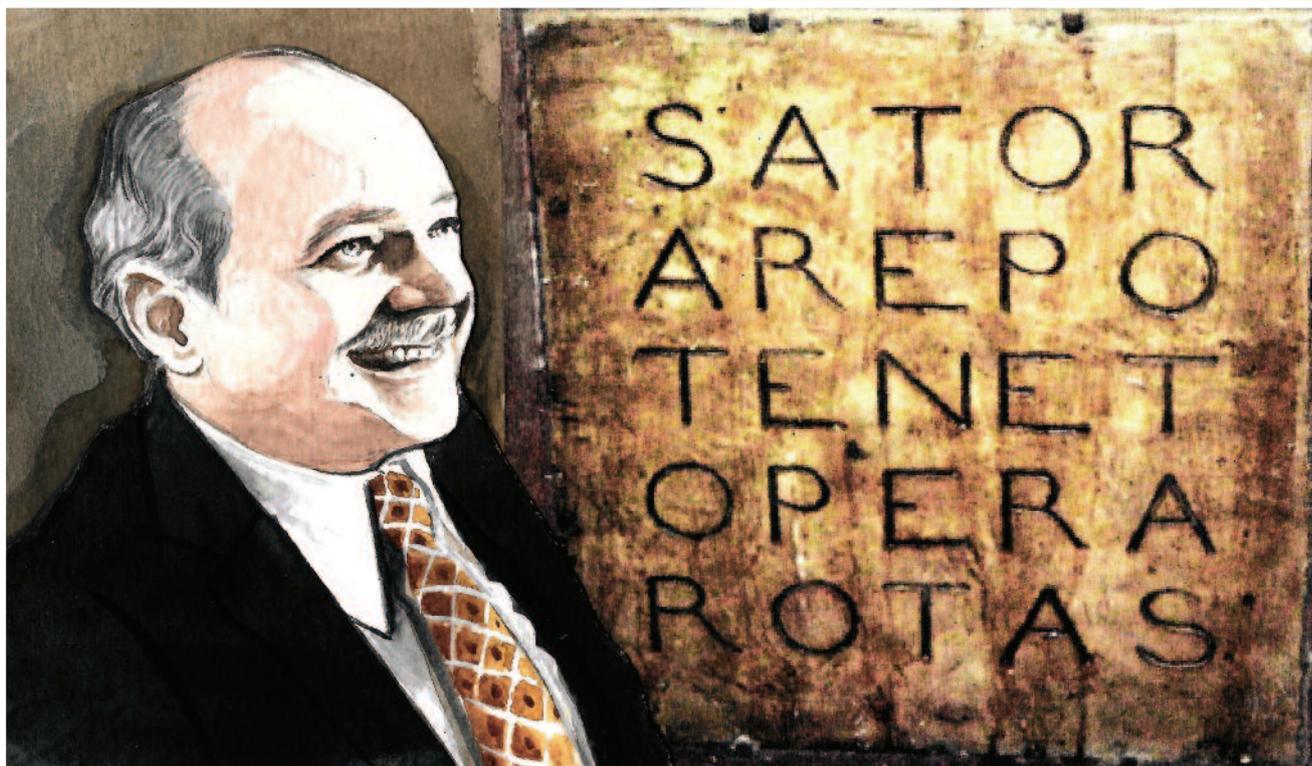
A acurada arquitetura exige bastante do leitor, encantando-o, intrigando-o ou desestimulando a leitura. A de *Avalovara* parte de uma frase latina palindrômica, com cinco palavras de cinco letras cada, SATOR AREPO TENET OPERA ROTAS (O lavrador mantém cuidadosamente a charrua nos sulcos ou *O lavrador* sustém cuidadosamente o mundo em sua órbita), escrita num quadrado, sobre o qual incide uma espiral (a frase é o seu epitáfio). “*O quadrado suscita a ideia de espaço; a espiral, a de tempo*”, diz ele no romance.

O crítico Antônio Cândido nota no prefácio que o quadrado grande se reparte em 25 quadrados menores, cada um corresponde a uma letra e cada letra a uma linha da narrativa, voltando periodicamente em segmentos cada vez maiores. “*As linhas são oito, e o seu desdobramento se traduz na história de um homem e das mulheres que amou: (...) As duas primeiras seriam passado, mas funcionando como presente; a*

última é um presente que se forma a cada instante do passado”. Como as palavras são dispostas horizontal e verticalmente, “*a frase pode ser lida indiferentemente da esquerda para a direita, da direita para a esquerda, de cima para baixo, de baixo para cima, em diversos rumos.*”

Defendendo sua técnica, Osman argumentou que, exatamente por respeitar o público, não construiu sua obra como autores geralmente considerados populares, os quais, com objetivos comerciais, visando a um público que desprezam, fazem uma obra inferior à que se acham capazes de produzir, julgando que o público é incapaz de chegar até eles. Justamente por respeito a seus leitores, acrescentou, “*tenho de oferecer-lhes o melhor de mim mesmo, o que há de mais puro, de mais original, de mais grave em mim. E nunca, em nenhuma hipótese, as sobras do meu espírito.*”

Entusiasmado osmaniano, Hugo Almeida - preciosa fonte deste texto - diz que sua narrativa demanda cuidadosa, atenta leitura. Há nela, “*oculta, latente, uma infinidade de sugestões no texto, com frequência ambíguas, diversas ou contrárias ao que reluz na superfície. A cada releitura, seus livros oferecem surpresas e revelações*”. Por isso, discorda do “*equivocado conceito*” de que ele “*tem sido vítima - de ser autor difícil, hermético*” -, como até agora, tantos anos depois de sua morte, “*o leitor médio, críticos e até editores parecem pensar*”. Esgotada, boa parte de seus livros há anos aguarda reedição. “*A ética e a estética de Osman Lins, um dos maiores e mais dignos escritores do país, têm feito enorme falta às novas gerações.*” (*O sopro na argila*).



Ateu, mas nem tanto

Conta Letícia que o pai era “*extremamente metódico*” e “*tinha hábitos refinados, apesar da origem humilde. Achava que devia estar sempre bem vestido, ao ponto de calçar sapatos na hora de almoçar*”. Ângela relata que, fiel a seus princípios, o pai nunca se afastou “*um milímetro*” deles, mesmo agonizante no hospital: quando ela lhe disse que um coronel, amigo da irmã Lourdes, fora pedir notícias dele, respondeu: “*Não dê!*”.

Osman não bebia, não fumava, nada colecionava (“*não tenho tempo para passatempo*”) e desistiu de ser torcedor de futebol (era do Santa Cruz). Além da leitura (nas viagens noturnas de ônibus, dependurava uma lanterna no pescoço para ler sem incomodar os demais), gostava de música, cinema, murais, vitrais, praças (não qualquer uma), relógios estranhos (em 1971 foi a Estrasburgo “*exclusivamente para conhecer*” o de uma catedral) e de fenômenos celestes (“*Em 1966, fui ao Rio Grande do Sul ver o eclipse total do sol*”).

Quanto à religião, Letícia escreveu que, no final da vida, o pai não lhe parecia tão ateu quanto dizia ser. Disse-lhe que, quando saísse do hospital, visitaria uma igreja. “*No dia seguinte, o padre veio dar-lhe a extrema-unção. Vi-o fitando o sacerdote, orando com ele humildemente. Senti um nó na garganta. Sabia que o fim estava ali, bem próximo. Dias depois ele morreu. Nos meus braços. Cheguei a ser grosseira com minha irmã Ângela. Expulsei-a do quarto, porque ela chorava alto. Eu não queria que ele levasse a lembrança de lamentos para o outro lado do mundo.*”

Eram 13h45 de 8 de julho de 1978. Três dias antes, tinha completado 54 anos. Foi sepultado em jazigo perpétuo no lote 5 da quadra 32 do Cemitério do Araçá. No *Jornal da Tarde* de 2 de julho de 1988, Hugo Almeida recorda que, na *Marcha fúnebre*, premonitório, Osman escrevera: “*Quero um lugar permanente, na terra que amei e onde passei uma jornada tão breve que, quando pensei que o dia começava, a noite já descia...*”

O número 16 marcou a vida do escritor

Para quem busca a magia dos números, nota Hugo, o 16 marcou a vida do escritor: seu nome completo tem 16 letras, perdeu a mãe com 16 dias de vida, foi para Recife com 16 anos, viveu 16 anos em São Paulo, deixou 16 livros publicados e a soma dos algarismos do ano do seu nascimento (1924) é igual a 16. Quando Julieta disse a uma numerologista que ele falecera, muito novo, mas num dia 8, ela respondeu que a explicação era simples: “*Uma vida cortada ao meio*”.

Bibliografia

OBRAS DE OSMAN LINS

- *Os gestos*, 3ª. ed., São Paulo: Moderna, 1994;
- *O visitante*, 3ª. ed., São Paulo: Summus, 1979;
- *O fiel e a pedra*, 4ª. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1974;
- *Marinheiro de primeira viagem*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963;
- *Guerra sem testemunhas (O escritor, sua condição e a realidade social)*, São Paulo: Martins, 1969;
- *Avalovara*, São Paulo: Melhoramentos, 1973;
- *Novena, novena*, 2ª. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1975;
- *A rainha dos cárceres da Grécia*, 2ª. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1977;
- *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*, São Paulo: Summus, 1977;
- *Evangelho na taba: outros problemas inculturais brasileiros*, São Paulo: Summus, 1979;
- *Retábulo de Sta. Joana Carolina*, São Paulo: Edições Loyola e Editora Giordano, 1991
- *Domingo de Páscoa* (Org.: Ana Luiza Andrade), Curitiba: Editora da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2013;
- *Quero falar de sonhos – Textos críticos do autor anteriores a Avalovara* (Org.: Hugo Almeida e Rosângela Felício dos Santos), São Paulo: Hucitec Editora: 2014.

OUTRAS

- *Osman Lins – Uma biografia literária*, Regina Igel, São Paulo: T.A. Queiroz; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1988;
- *Osman Lins: O sopro na argila* (Org.: Hugo Almeida), São Paulo: Nankin Editorial, 2004;
- *Osman Lins – Vocação  tica*. Criação est tica, Lauro de Oliveira, Recife: Edições Bagaço, 2010;
- *O desafio de criar. O sonho e o chão da palavra escrita*. Julieta de Godoy Ladeira, São Paulo: Global Editora, 1995;
- *Vitral ao sol. Ensaios sobre a obra de Osman Lins*. (Org.: Ermelinda Ferreira), Recife: Editora Universitária da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, 2004;
- *Jornal da Tarde*, SP, 2-7-1988.

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINALS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.



Ciente de seu papel social, a AMAGIS também se preocupa com a preservação do meio ambiente: esta revista foi impressa em papel reciclado (70% pré-consumo, 30% pós-consumo) com certificação florestal, atestando que foi produzido de forma ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável, razão pela qual ostentamos o selo verde FSC.



Endereço para correspondência:

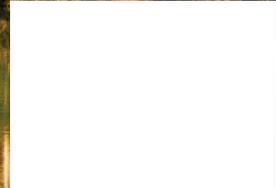
R. Albita, 194 . Cruzeiro
Belo Horizonte . MG
CEP 30310-160
Tel.: 31 3079-3453
magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

Apoio Cultural

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.



ISSN 1984508-1



9771984508004